

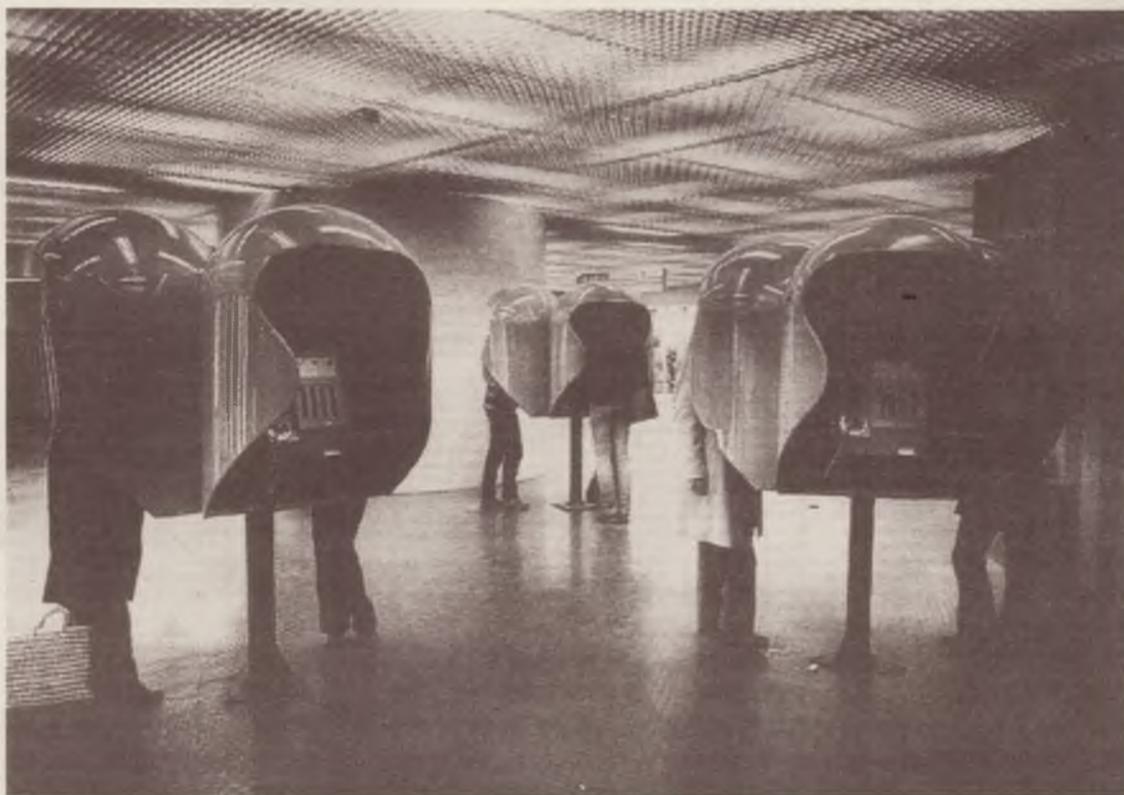
PUBLICAÇÃO
DE CARÁTER
INTERNO AO PT,
DISTRIBUÍDA ÚNICA
E EXCLUSIVAMENTE
AOS SEUS FILIADOS

EM TEMPO:

Nº 288
R\$ 2,00
MAIO
1996

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA

FOTOS WILLY RONIS



DEMOCRATIZAR NOSSAS CIDADES

PREPARANDO A ELEIÇÃO DE OUTUBRO, O PT E OS MOVIMENTOS POPULARES LUTAM PELO ESPAÇO URBANO E PELA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA. **PÁGS 5 A 12**

A ESTAGNAÇÃO DA ECONOMIA INTERNACIONAL. MAXIME DURAND - PÁGS. 18 E 19

A ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO. SAMUEL VIDA - PÁGS. 14 E 15

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Raio-X do PT através das prévias pg. 3

Joaquim Soriano analisa a situação interna do partido à luz da intervenção que ele vem desenvolvendo no atual processo eleitoral, destacando os preocupantes sinais de eleitoralismo que prevaleceram em diversas decisões.

NACIONAL

A construção da Central de Movimentos Populares pg. 5

Raimundo Bonfim e Tuto Wehrle explicam a trajetória de lutas que conduziu à formação da CMP e seu papel estratégico no enfrentamento ao neoliberalismo.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

O PT e a luta pela cidade pg. 7

Felix Sanchez debate o impacto do projeto neoliberal sobre a organização das cidades e das condições de vida da população urbana, delineando o cenário do embate colocado para o PT nas eleições de três de outubro.

Agenda de um governo popular pg. 8

Felix Sanchez resume alguns pontos centrais da agenda petista para as próximas eleições municipais e sua relação com a construção de uma utopia de cidade.

A participação popular é o elo com o socialismo pg. 9

Entrevista com o candidato petista à prefeitura de Porto Alegre, Raul Pont. Seu depoimento sobre as conquistas das gestões passadas do PT na capital gaúcha destaca o papel central desempenhado pelo processo de democratização da relação entre a população e o governo municipal, em particular o orçamento participativo.

SOCIALISMO

Necessidade histórica e estratégia pg. 13

Antoine Artous resenha o livro *Cobiçar o impossível*, de Henri Maler, que empreende uma releitura da obra de Marx à luz da discussão do conceito de utopia.

MOVIMENTO NEGRO

Perspectivas da nova etapa pg. 14

Samuel Vida e Gilberto Leal debatem a situação atual de organização do movimento negro no Brasil e os desafios estratégicos colocados para ele.

ECONOMIA MUNDIAL

Uma retomada curta pg. 16

Maxime Durand analisa a conjuntura econômica internacional, observando o esgotamento da retomada do ciclo iniciada em 1993, nos Estados Unidos, e prevendo a manutenção, no próximo período, de um quadro de estagnação.

DEBATE

Modernização conservadora pg. 18

Juarez Guimarães discute os limites e potencialidades do projeto de reorganização da sociedade brasileira aplicado pelo governo FHC.

GAYS E LÉSBICAS

Sexualidade flexível pg. 20

William Aguiar recorda as dificuldades enfrentadas pelo grupo setorial de gays e lésbicas do PT durante a campanha de 1994 e alerta para a necessidade de se evitar estes problemas na próxima campanha eleitoral.

CAMPANHA DE ASSINATURAS

Assine **EM TEMPO** e ganhe:

- um instrumento de análise marxista e de acompanhamento crítico dos debates do PT;
- a cada edição mensal, um texto teórico (para os assinantes de apoio)

E MAIS!

Assine ET e ganhe o último livro de Eric Hobsbawn, **A era dos extremos.**

A cada 10 assinantes será sorteado um livro; assinaturas de apoio contam em dobro.

Quero assinar o **Em Tempo** por um ano e receber em meu endereço 10 exemplares. Minha opção de pagamento é:

- Apoio R\$ 40,00 Normal R\$ 20,00

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Tel: _____

Recorte ou xeroque e envie junto com um cheque nominal a Carlos Henrique Goulart Árabe
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda-São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel: (011) 665550

COM ESTA EDIÇÃO, ESTAMOS ENVIANDO AOS ASSINANTES DE APOIO O TEXTO **A DIALÉTICA MARXISTA DO PROGRESSO, DE MICHAEL LÖWY**

EM TEMPO:

Uma publicação da Tendência Democracia Socialista

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonumá, Hugo Manso, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilaine Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTb 18.663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Corrêa Leite (edição), Caco Bisol (capa), e Carlos Henrique Árabe.

Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda.
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo/SP
CEP 01151-000 / Fone (011) 66.5550
Porto Alegre:- Fone (051) 225 34650

Raio-X do PT através das prévias

JOAQUIM SORIANO

Eleições ajudaram a construção do PT, mas hoje podem acabar com ele! Desde o fim da ditadura, quase toda a disputa política no país se concentrou em torno de objetivos institucionais: a memorável campanha das "diretas já", as vitórias municipais de 1988, a campanha presidencial de 1989 e o "Fora Collor" de 1992.

Até 1994 muitos identificavam problemas em certas práticas no interior do partido, em particular o eleitoralismo. Os objetivos eleitorais do partido estavam subordinando aspectos fundamentais da construção do PT como partido socialista de massas. Mas, se na fase de crescimento do partido - quando ele foi atrativo para milhões de pessoas, quando a política de alianças foi determinada pela força do PT na sociedade e, fundamentalmente, havia um ciclo ascendente das lutas sociais no país - este eleitoralismo era um problema, não afetava o fundamental do projeto petista. Acreditávamos que através do acúmulo de forças nos movimentos sociais e na institucionalidade realizaríamos um ajuste de contas com as elites na disputa, seríamos vitoriosos em uma eleição presidencial e empreenderíamos as reformas estruturais que o país exige.

O PT numa conjuntura adversa

Agora, a crise de confiança num projeto alternativo ao capitalismo se agrava, especialmente porque depois da derrota de 1994 não há uma perspectiva mais concreta de disputa do poder - anteriormente condensada na possibilidade de vitória em 1989 e depois em 1994.

A crise dos movimentos sociais, notadamente do sindical, salienta falhas no processo de construção do PT e da CUT. Erros que são identificados há muitos anos, mas que incidiam com pouca força, hoje desarticulam elementos fundamentais do campo democrático e popular. A identidade política do PT e da CUT era dada por objetivos comuns alicerçados num movimento social comum. A crise deste movimento desconstituiu esta relação política. A crise é, em grande medida, resultado da reestruturação produtiva levada adiante por uma direção neoliberal, sem que no período anterior o PT e a CUT tenham se preparado para enfrentar uma conjuntura adversa. Pelo contrário, em 1994, no 9º Encontro Nacional do partido, todos estávamos muito convictos da vitória eleitoral.

Nestes anos todos de construção do PT, inúmeros aspectos da consolidação de sua organicidade e da sua definição programática foram desleixados. A organicidade era dada pela identificação de sua base social com as lutas sociais e políticas em curso. O programa avançava, mas grandes polêmicas eram superadas, não sem razão, pelo acréscimo de um adjetivo mágico: petista. Assim produzimos o "socialismo petista", "o modo petista de governar". Deixamos a criatividade interpretativa dos petistas à vontade para lerem e usarem essas definições como bem desejassem.

A lógica do eleitoralismo

A ausência de projetos políticos mais amplos e articulados colocou o PT neste ano de 1996 com sua face eleitoral descoberta. Quase que sobra apenas discutir eleições e se preparar para "vencê-las". Este clima invade tantos e tão variados propósitos, desde os mais generosos - como derrotar FHC e seus aliados - até os mais particulares - como eleger vereadores em cada cidade e de qualquer modo!

A lógica do partido eleitoral é implacável. Ele deixa

de ser um instrumento de luta dos explorados e oprimidos, sujeito coletivo e coesionador de uma vontade coletiva nacional; transforma-se em instrumento para a eleição ou para a reeleição de alguns de seus membros a postos internos, mas principalmente a cargos executivos ou legislativos, ou seja, a cargos estatais. O partido, na melhor das hipóteses, como máquina eleitoral - pode ser até combativa - faz uma eleição e se prepara para a próxima. O resto é o resto!

Nas atuais prévias, o vale-tudo eleitoreiro para definir quem é candidato a prefeito em algumas cidades transformou o adversário interno no "pior inimigo". Métodos de aliciamento de eleitores para votar em A ou em B fizeram lembrar o quadro do programa Silvio Santos, "Tudo por dinheiro".

Pela primeira vez presenciamos no PT o anúncio declarado que o candidato vitorioso *não quer o apoio* do candidato derrotado, como afirma José Augusto de Diadema. E assistimos ao amplo envolvimento das atuais administrações na disputa interna do partido. E os atuais prefeitos se confrontaram, em alguns casos, com fortes esquemas profissionais de ex-prefeitos que hoje são parlamentares.

A guerra das prévias e encontros

Muitas prévias (e mesmo parte dos processos de encontros) corroeram o sentido original da organização voluntária, da militância, do debate aberto em busca das melhores alternativas para o partido como projeto estratégico (e não como soma circunstancial de carreiras políticas pessoais). A corrida desenfreada para assegurar a vitória interna não mediu esforços. A filiação rápida e rasteira de milhares ao partido, às vésperas do prazo final, em várias cidades, é um indicador claro de aliciamento eleitoral. A utilização de transporte pago no dia da prévia, o acerto financeiro (quase sempre o mínimo) feito por *um* em nome de *muitos* corrompe o partido.

A ausência do debate interno, revelador das diferenças e coesionador dos objetivos comuns, personaliza a escolha e super valoriza o critério da *densidade eleitoral*, via de regra, resultado da última pesquisa de opinião.

Outro aspecto dilacerador para o PT é o debate levado através dos meios de comunicação. Muitos dirigentes petistas, candidatos a cargos majoritários continuam avessos à obviabilidade que a "midia" é um monopólio, controlado por interesses ca-

As condições nas quais atua hoje o PT potencializam o eleitoralismo e colocam em risco o seu futuro como instrumento de emancipação.



O eleitoralismo vem se manifestando de forma inclemente nas alianças eleitorais: buscam-se alianças com nossos inimigos e recusam-se acordos com nossos aliados.

pitalistas. Ela não é democrática, não se sujeita a nenhum tipo de controle social e muitas vezes os petistas que a utilizam são, de fato, utilizados por ela. Seu uso destrói o debate interno. Já observamos casos de dirigentes do partido anunciarem suas posições nos jornais da cidade e se calarem no encontro do partido, como ocorreu em Belo Horizonte, onde Vírgilio Guimarães foi aclamado candidato. Naquela ocasião, os defensores da candidatura de Célio de Castro (do PSB e vice de Patrus Ananias, atual prefeito do PT) não se manifestaram!

A situação é grave. Estamos presenciando um processo que, se não revertido, compromete o PT no seu sentido mais profundo: de alternativa política dos trabalhadores e dos oprimidos. A responsabilidade por esta situação é principalmente, mas não exclusivamente, da atual maioria da direção nacional. E a Executiva Nacional, composta só por membros do campo majoritário no último encontro, não conseguiu coordenar o processo nacional de forma exitosa; mesmo quando a disputa se deu dentro do mesmo campo.

Deformação da política de alianças

O eleitoralismo manifesta-se de forma inclemente na discussão e realização de alianças eleitorais. O 10º Encontro Nacional aprovou uma política de alianças, reafirmada pelo Diretório Nacional de fevereiro e reiterada pelo de maio. A perda de capacidade de direção das instâncias partidárias tem levado à convivência de dois mundos: o das resoluções e o da prática cotidiana. O 10º Encontro especificou possibilidades de alianças com o PSDB e PMDB nas circunstâncias excepcionais (particularmente no caso do PSDB) em que existissem setores em oposição aberta à política do governo FHC e seus governadores. Mas sua resolução não deixa dúvidas quanto à proibição de alianças com os partidos da direita tradicional: PFL, PPB, PL, PTB etc. Ora, as "especificidades", "exceções", "realidades locais" parecem estar se tornando a norma. É o eleitoralismo, ani-

quilando uma perspectiva de luta social e política na cidade, baseada em forças sociais e políticas que se diferenciam dos setores dominantes.

Assim, no estado de São Paulo, onde o PT deve lançar candidatos em cerca de 230 cidades, 19 pediram autorização para fazer coligações com partidos da direita tradicional (que foram desautorizadas pela executiva); 40 diretórios estão pedindo autorização formal para se coligarem com o PSDB e o PMDB (e pretextando que o Diretório Regional não deu quórum a executiva "tomou a liberdade" de autorizar várias destas coligações quando tal decisão só pode ser autorizada pelo DR), em geral com estes partidos na cabeça; e cerca de 20 diretórios não solicitaram autorização mas estão encaminhando coligações com partidos que se situam tanto nas "exceções" como nas proibições.

Os dados falam por si: no estado mais importante do país, o PT coliga com seus adversários políticos em 80 das 230 cidades onde existe. O argumento para isso é quase sempre o mesmo: a aliança necessária para eleger vereadores. O eleitoralismo acelera a desarticulação do PT como referência político-partidária, inviabiliza a construção de uma alternativa estratégica de mudança social.

As alianças necessárias

Outra face do mesmo fenômeno é a dificuldade de manter as coligações com nossos aliados tradicionais, os partidos de esquerda. A manutenção da frente democrática e popular em várias cidades vem sendo questionadas pelo argumento eleitoralista mais ralo, de que sem alianças com a esquerda elegeríamos mais vereadores, isto é, estes partidos não elegeriam vereadores às nossas custas (um problema crônico com o PCdoB, mas que pode ser resolvido com acordos na distribuição do tempo de televisão).

A perspectiva política geral das eleições deste ano, a construção de um campo em oposição ao bloco em torno do governo FHC, torna fundamental a realização desta aliança entre as forças políticas em oposição ao neoliberalismo. Disputar, polarizar contra FHC e seus aliados significa construir um campo político de oposição nacionalmente visível. Significa nas capitais e nos grandes centros obter vitórias contra os candidatos do bloco conservador.

Há alguns problemas insolúveis: em São Paulo o PSB é malufista; em Porto Alegre, a direção municipal que queria aliança com o PT, mas foi afastada pela direção estadual, que quer candidatura própria; em Macaé, onde o PSB venceu em 92 aliado com o PT, a frente se desfez.

Mas temos que insistir para reverter situações de afastamento que ainda não estejam consolidadas. A aliança com Arraes em Recife, sendo Humberto Costa do PT o candidato, é uma exigência da coerência política - ressaltando as críticas que o PT tem a atitudes do atual governo estadual - e parte do esforço para derrotar o candidato do PFL.

A aliança com o PDT de Brizola é uma exigência importante da atual conjuntura. Brizola tem tido, no último período, uma trajetória de enfrentamento direto com o neoliberalismo e é um parceiro importante do PT na política nacional. Sabemos que os problemas aí são grandes: em vários estados o PDT é controlado por lideranças conservadoras, como Francisco Rossi em São Paulo ou Jaime Lerner no Paraná, o que inviabiliza qualquer acordo. Em outros, trajetórias passadas e práticas condenáveis de governos anteriores do PDT dificultam nossa relação com ele. Mas, nestes casos, temos que perseverar na discussão com a militância do PT em cada estado, buscando construir as condições para alianças ou, onde isso não for possível, acordos no segundo turno. □



A construção da Central de Movimentos Populares

RAIMUNDO BONFIM E TUTO WEHRLE

O governo FHC tem colocado em ação o seu real plano de governo. Sua meta é consolidar no país o modelo neoliberal através de uma política em total consonância com o receituário do FMI. FHC quer reduzir o Estado, privatizando as estatais e os serviços públicos, desregulamentando os direitos sociais. Assim, malgrado a relativa estabilização da moeda, o Brasil caminha a passos largos para o Quarto Mundo, com uma pequena elite ao sol da ilha de opulência cercada de miséria por todos os lados. São alarmantes os índices nacionais de desemprego, favelização, violência urbana, somadas à deterioração da saúde, da educação, do sistema de transporte e dos meios de acesso à terra e à moradia.

Depois de 15 meses de governo, a política social de FHC é movida a massacres. Primeiro reprime com extrema violência a resistência popular ao projeto neoliberal (greve dos petroleiros, massacres de Corumbiara, Eldorado dos Carajás etc.), para depois, pressionado pela opinião pública, soltar algumas migalhas para a Reforma Agrária, Saúde, Educação etc. O Programa Comunidade Solidária representa um grande retrocesso nas políticas públicas, e tem como objetivo apenas a atuação nos bolsões de pobreza, na cooptação de lideranças populares, na manutenção do clientelismo e na ampliação das bases sociais do governo.

FHC veio mesmo para governar para banqueiros, salvando com bilhões de reais seus bancos falidos; para latifundiários e usineiros, perdoando generosamente suas dívidas milionárias; para multinacionais, abrindo todas as portas do mercado brasileiro; para a Casa Branca, insistindo no patrocínio americano do Projeto SIVAM. O governo FHC é, assim, duplamente perverso. Com uma mão provoca a quebra do país. Só na construção civil, mais de 150.000 trabalhadores perderam seus empregos, só na Grande São Paulo 1,1 milhão de trabalhadores estão desempregados. Com a outra mão, ele corta os gastos sociais, reduz a proteção da Previdência, estimula a privatização da saúde e da educação.

Movimentos populares resistem

Porém, apesar de todas as dificuldades, o povo brasileiro resiste. O Brasil é hoje um dos países que concentram maior número de movimentos, organizações e lutas populares. Multiplicam-se por toda parte movimentos por terra, por moradia, saúde, saneamento, transporte, creches, direitos humanos, associações, uniões e federações comunitárias de bairros, de favelas e de cortiços; movimentos negros, de mulheres, de meninas e meninos de rua, de catadores de papelão, de prostitutas, de vítimas da AIDS, de homossexuais, de portadores de deficiências, de índios, de cooperativas de produção e consumo (habitação, costura, pão, compras comunitárias etc.), escolas comunitárias, movimentos ecológicos etc. São formas de organização que buscam a conquista e defesa dos direitos coletivos.

Há, no entanto, grande diversidade de práticas e de concepções entre esses movimentos. Existem diferen-

tes níveis de organização, de clareza quanto aos objetivos, de democracia interna, de autonomia em relação ao Estado, às Igrejas, aos partidos políticos e outras instituições. E há grande diversidade política e cultural entre os Movimentos Populares.

A necessidade de articular os movimentos populares e de unificar suas lutas gerais e comuns, surge no final da década de 70 e início da década de 80, quando um grupo de lideranças do movimento popular e sindical decide criar uma articulação de movimentos, formando a ANAMPOS (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais). A ANAMPOS avança no entendimento do papel estratégico do movimento popular na transformação da sociedade. Porém, a fragmentação e o isolamento dos movimentos, dificulta o seu avanço, fazendo surgir a necessidade de uma entidade nacional, capaz de articular os movimentos dispersos e unificar suas lutas, mantendo uma relação com os demais segmentos organizados na luta pela transformação, mas garantindo sua autonomia frente aos partidos políticos, estados, igrejas etc.

A criação da CMP

Partindo deste acúmulo de discussões, o VIII Encontro da ANAMPOS, realizado em Belo Horizonte em 1989, delibera pela criação de uma comissão Pró-Central de Movimentos Populares, que tem como papel a articulação da 1ª Plenária Nacional de Movimentos Populares, realizada em 1990, no Distrito Federal, decidindo pela abertura do processo de construção da Central de Movimentos Populares. Em 1991, a 2ª Plenária da Pró-Central, que teve 20 estados representados, define que a construção de uma Central de Movimentos Populares se dará através de lutas concretas e aprova os dois eixos de luta: reforma urbana e cidadania. Também delibera a realização do Congresso de Fundação da CMP.

O Congresso de Fundação da CMP se realizou entre os dias 28 e 31 de outubro de 1993, em Belo Horizonte, com a participação de 1185 pessoas, sendo 950 delegados(as) eleitos(as) nas plenárias de base, representando 26 movimentos populares específicos, 200 convidados(as) e 35 observadores. No processo preparatório participaram cerca de 20 mil militantes em 150 cidades do país.



Os movimentos populares são um importante foco de resistência ao projeto neoliberal.

Desde sua fundação, a CMP vem crescendo na sua consolidação nos Estados e Regiões, participando nas lutas cotidianas de resistência ao projeto neoliberal. O ato mais destacado foi a Caravana de Movimentos Populares para Brasília. Logo depois da posse de FHC, a CMP foi lá entregar para o Presidente da República o documento "Propostas de Políticas Públicas", exigindo como pontos básicos para as políticas sociais a participação popular, o serviço público gratuito e de qualidade e o orçamento participativo nos níveis federal, estadual e municipal.

Entre os dias 25 a 28 de março de 1996, 459 delegados(as) representando 22 estados, 200 observadores e convidados(as), realizaram no município de Praia Grande - SP, o 1º Congresso Nacional da Central de Movimentos Populares. Este Congresso significou um grande avanço no sentido de articular os Movimentos Populares comprometidos com a transformação da sociedade. Além de reformular a estrutura da CMP, o Congresso aprovou o plano de lutas para os próximos anos. Como estratégia na luta pela Reforma Urbana foi aprovada uma caravana para Brasília para maio 97. O cadastramento dos sem terra e desempregados, em apoio à Reforma Agrária, deverá ser intensificado em todo o país. Foi definido um dia nacional de ocupações para pressionar os governos federal, estaduais e municipais a realizarem uma política habitacional voltada para os interesses das classes populares. Durante o Congresso foi lançada a Campanha Nacional de Saúde, em defesa da implantação do SUS - Sistema Único de Saúde.

Projeto estratégico

Desta forma, a Central de Movimentos Populares - CMP está se legitimando como pólo que aglutina os Movimentos Populares com uma mesma identidade nas práticas e nas concepções. São aqueles movimentos que participam na implementação de um projeto democrático de sociedade que supere as opressões políticas, econômicas e culturais. Uma Central que articula os Movimentos Populares em torno dos princípios de autonomia, democracia, representatividade, ser de base, ser de massa, ser classista, ser combativo e solidariedade, e pretende organizar setores excluídos e marginalizados da sociedade.

O processo de consolidação da CMP possibilitará a superação de seus desafios, construindo um movimento democrático, autônomo, articulado, contestador e propositivo, fazendo o Movimento Popular avançar para seu papel estratégico como sujeito político na construção e implementação de uma sociedade democrática sem explorados. Uma sociedade justa, digna, sem discriminações de raça, de sexo, de idade ou de religião, sem miséria e marginalização. Todos(as) com acesso ao serviço de saúde, ao saneamento básico, à educação e à cultura, ao lazer, à moradia digna, à ciência e tecnologia. Todas as pessoas com iguais oportunidades e direitos, alimentação adequada, tendo o trabalho doméstico partilhado, o ecossistema preservado e a subjetividade valorizada.

Esta sociedade socialista que queremos construir deve pautar-se pela conquista da igualdade econômica, da igualdade de direitos e de pluralidade ideológica, na qual o trabalhador tenha procedência sobre o capital, a pessoa sobre a mercadoria, os direitos coletivos sobre os direitos individuais, e os(as) cidadãos(ãs) sobre o Estado. □

Novidades para ler

Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio, de Frederic Jameson (Editora Ática, 432 páginas, R\$ 29,90). O sociólogo da cultura norte-americano, um dos mais importantes pensadores marxistas da atualidade, tem sua obra mais conhecida finalmente publicada no Brasil. Partido da análise do capitalismo contemporâneo desenvolvida por Ernest Mandel, Jameson procura compreender as razões do surgimento dos movimentos chamados de pós-modernos. Do mesmo autor, acaba de ser publicado também **As marcas do visível** (Graal, 262 páginas, R\$ 20,00), coletânea de ensaios sobre o cinema, redigidos entre 1978 e 1990.

O longo século XX, de Giovanni Arrighi (Ed. Unesp e Contraponto, 408 páginas, R\$ 35,00). O autor, inspirado em Braudel, vai analisar as relações entre o capital financeiro e a força militar-estatal na determinação da dinâmica do capitalismo, apontando para a situação contraditória que vive hoje o sistema na me-

dda em que o centro do capital financeiro se desloca para a Ásia mas o poder estatal continua concentrado nos EUA.

As fundações do pensamento político moderno, de Quentin Skinner (Cia das Letras, 728 páginas, R\$ 45,00). Obra de fôlego do cientista político inglês, especialista em Hobbes e Maquiavel. Analisa o papel que o renascimento e o conjunto do processo da reforma religiosa exerceram nas concepções políticas do século XIII ao final do XVI, no correr do qual foram gestadas ideias como as da contestação do poder absoluto do príncipe, da soberania repousando no povo e da revolução popular.

A economia das trocas linguísticas. O que falar quer dizer, de Pierre Bourdieu (Edusp, 188 páginas, R\$ 33,00). Esta obra, publicada na França em 1982, é a última das três em que o autor procura - dentro de sua teoria do poder simbólico - construir uma sociologia da linguagem alternativa ao estruturalismo, de um ponto de vista marxista (as outras são **A distinção** e **O sentido prático**). Esta temática é detalhada para o terreno literário em outra obra do mesmo autor, **As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário** (Cia das Letras, 431 páginas, R\$ 32,00), originalmente publicada em 1992, e agora lançada entre nós praticamente junto com a primeira.

José Corrêa



O PT e a luta pela cidade

FELIX SANCHEZ

Nas próximas eleições municipais, o governo federal passará pelo seu primeiro grande teste de popularidade. Lutar pelo sucesso eleitoral e político do PT tem uma importância decisiva para potencializar a construção de uma alternativa ao neoliberalismo. Isso significa, além de conquistar governos municipais, articular um movimento de oposição político-institucional e de massas ao governo neoliberal. A vitória nas cidades governadas hoje pelo PT e em cidades importantes pode contribuir para alterar a correlação de forças em favor dos setores populares e viabilizar a retomada de iniciativas mais vigorosas de enfrentamento à coalizão conservadora governante.

As experiências dos governos petistas vêm construindo, de modo bastante pragmático, referências importantes para a montagem de um projeto alternativo para as cidades, o poder local e a participação popular. Experiências como as do orçamento-participativo de Porto Alegre, a da garantia de renda mínima associada à educação básica e experiências de "bancos do povo" para financiar projetos de geração de renda representam referências valiosas para a luta contra o atual modelo econômico.

As realizações das nossas administrações - principalmente na área social, promoção da cidadania e participação - são hoje o maior patrimônio que o partido acumulou no último período na disputa política contra o neoliberalismo. Mas se o balanço é positivo em várias áreas, não pode esconder as contradições que vem se acumulando na relação partido/administração.

O significado do programa

Face à incapacidade dos governos neoliberais garantirem direitos sociais fundamentais, o PT pode apresentar um modelo alternativo de cidade que promova a cidadania, o desenvolvimento econômico, o combate à miséria e uma maior interferência e participação da população nas ações e decisões de governo.

O programa deve estabelecer nosso compromisso com o enfrentamento à atual política econômica, um compromisso pelo desenvolvimento com qualidade de vida, geração de renda e a cidadania. Esta agenda estratégica exige ações do governo municipal que ultrapassem os limites da atual organização municipal, desenvolvendo uma disputa de hegemonia pelos instrumentos capazes de viabilizar tais transformações. Atualiza, portanto, nossa plataforma em favor da reforma do Estado e a democratização da sociedade.

O futuro da cidade e dos seus habitantes depende da capacidade da articulação de um projeto que mobilize os trabalhadores, a sociedade organizada e a maioria excluída do país, por reformas que democratizem a sociedade, gerem emprego e renda, combatam a miséria e direcionem o investimento social para a melhoria da vida da população.

As cidades e a ordem neoliberal

A globalização e as transformações que o mundo vem experimentando alteram o caráter das regiões metropolitanas do país. Está ocorrendo uma redefinição do perfil econômico das cidades com a redução relativa do emprego industrial e o crescimento do setor de serviços. Isso altera profundamente a estrutura ocupacional. A elevação das taxas de desemprego e a vulnerabilidade e deterioração salarial da maioria dos postos de trabalho hoje criados acentua

a dualização da sociedade. Concentram-se pólos de riqueza e miséria que também se manifestam no interior da própria classe trabalhadora sob a forma de uma crescente heterogeneidade social. O avanço da reestruturação capitalista promove a progressiva desestruturação das formas tradicionais de sociabilidade e das redes de solidariedade que davam sustentação à luta e à organização populares.

Uma cidade não democrática

O brutal processo de concentração de renda que ocorre no país agudiza a tendência à segregação espacial dos que têm mais alta renda. Inserir a cidade na nova ordem globalizada exige um esforço de equipamento mais extenso e intenso do que as fases de modernização precedentes, demanda uma enorme massa de recursos utilizados para a construção das infra-estruturas econômicas, com prejuízo para os investimentos sociais. É justamente essa a dinâmica que faz da cidade e da metrópole um espaço usurpado pelos interesses capitalistas em prejuízo dos seus habitantes. Aí reside a perda total de autonomia dos moradores pela ação das leis do mercado; aqueles que "fazem" a cidade com o próprio trabalho não conseguem interferir nas decisões que tem a ver com a sua construção.

Há uma verdadeira "crise do modo de vida" gerada pela privatização generalizada do espaço urbano. A explosão dos *shoppings* e das TVs por assinatura reforça padrões privatistas e segregacionistas de lazer e consumo; o abandono pelos governos municipais conservadores das políticas sociais e em particular da política cultural debilita as potencialidades de expressão de uma cultura democrática, pública e plural na cidade. A dinamização dos espaços públicos (praças, parques, ruas, etc.) para o lazer e a atividade cultural constitui uma das principais fontes de vitalidade para o desenvolvimento cultural da população trabalhadora da cidade, principalmente da juventude. É uma das tarefas primordiais para o resgate da cidadania em nossa cidade. □



A globalização altera o caráter das metrópoles do país, provocando a redução do emprego industrial e o crescimento do setor de serviços.

Agenda de um governo popular



FELIX SANCHEZ

O programa que temos que construir parte da constatação de que a luta pela vitória nas eleições municipais de 1996 pode potencializar a construção de uma alternativa ao neoliberalismo. Lutar por esta vitória significa conquistar prefeituras e acumular forças no terreno institucional, elegendo vereadores, forjando alianças, construindo respaldo popular para propostas de mudanças.

Um programa urbano transformador deve articular a luta por cidadania com qualidade de vida. Os níveis de dualização e segregação social hoje existentes exigem a articulação de propostas para os segmentos vulneráveis com respostas concretas aos graves problemas que afetam o conjunto da população, como transporte e trânsito, lixo, abastecimento de água, enchentes etc. A experiência do PT na prefeitura de Porto Alegre inovou significativamente nessa área através da implantação de um fórum chamado "Cidade Constituinte" que, paralelo ao Orçamento Participativo, debate com as forças da sociedade organizada os grandes temas da cidade.

Democracia participativa

O programa deve aprofundar e radicalizar a democracia alargando os direitos de cidadania no plano político e social, construindo novas relações entre governantes e governados a partir da descentralização política do governo e dos poderes municipais. Deve combinar democracia representativa e democracia participativa no controle social sobre a máquina e na deliberação das políticas públicas e dos programas sociais. A experiência do orçamento participativo é a melhor referência, testada e aprovada em Porto Alegre e outras cidades, de um mecanismo de democracia avançada capaz de elevar a consciência política das massas e potencializar sua auto-organização.

Faz parte desse programa alternativo universalizar o direito à cidadania em contraposição às formas de segregação e discriminação que penalizam os segmentos sociais mais vulneráveis da sociedade, como os mise-

ráveis e pobres, as mulheres, as crianças, os idosos, os negros, os homossexuais e os portadores de deficiência física. Nossa defesa do acesso destes setores às políticas sociais está articulada com recusa em aceitar a lógica do mercado como critério para sua implantação, retomando e ampliando programas dirigidos a esses segmentos - como os da saúde da mulher e do trabalhador, educação de adultos, merenda escolar etc. - bem como adotando no âmbito do município o Programa de Garantia de Renda Mínima, vinculado à educação das crianças pobres. Significa lutar contra a privatização dos serviços sociais, como ocorrem com o PAS em São Paulo.

Reforma urbana e luta social

Temos que articular o combate pela reforma urbana na luta social e no plano institucional, através do plano diretor, priorizando o enraizamento nos movimentos sociais, especialmente agora que avança a construção da Central de Movimentos Populares. A luta por moradia tem, aí, um caráter decisivo, exigindo uma política audaciosa de construção de moradias, programas de moradias populares, mutirões, revitalização dos cortiços e concessão do direito real de uso para a regularização das favelas.

No combate à segregação espacial na cidade, nosso programa deve contemplar, além da regionalização do governo e da gestão, o investimento prioritário na área do transporte público de massas, recuperando a defesa do transporte público contra a prioridade aos carros particulares.

No plano do financiamento das políticas públicas, o programa deve incorporar a proposta da progressividade na aplicação dos impostos de modo a garantir os recursos necessários para o combate às desigualdades e recuperando a capacidade de financiamento público das políticas sociais.

Utopia e cidade

A necessidade de construirmos utopias de cidade é decisiva para um programa alternativo de governo e gestão da cidade. Para enfrentar a avalanche de mudanças e transformações que a ordem neoliberal temos que dialogar e integrar os programas da multifacetada gama de setores sociais que alimentam a perspectiva de alcançar uma vida melhor. Isso requer a reconstrução de uma utopia abrangente e globalizadora.

O futuro que a ordem neoliberal oferece é a renúncia a conquistas sociais e direitos democráticos que foram a razão de décadas de luta e de organização dos "sem-cidade" pelo "direito à cidade".

A construção dessa utopia de cidade não poderá ser levada a bom termo sem o enfrentamento político e social aos setores do grande capital imobiliário, comercial, financeiro e industrial altamente monopolizados que são responsáveis e beneficiários principais do modelo hoje vigente.

O momento da eleição é ímpar nesta construção de uma utopia de cidade que possa ser a referência para a reconstrução do nosso programa de governo e guia para nossas lutas e organizações populares. □

Felix Sanchez é membro da executiva do PT de São Paulo e coordenador do programa de governo.

O programa deve combinar democracia representativa e democracia participativa no controle social e na deliberação das políticas públicas.

A participação popular é o elo com o socialismo



ENTREVISTA COM RAUL PONT, CANDIDATO A PREFEITO DE PORTO ALEGRE

Quais as razões do sucesso da administração petista de Porto Alegre?

Creio que isso se deve principalmente a dois fatores. Um primeiro, mais interno, é a boa relação que mantivemos entre o PT, os demais partidos da frente e a administração. Esta relação partido-administração é essencial para desdobrar uma política de conjunto, acumular forças que se expressam numa continuidade de governos, para implantar um projeto estratégico.

Uma segunda razão, que foi o decisivo para que nossa administração tivesse um reconhecimento crescente da população, foi o processo de democratização que se realizou na cidade. Trata-se não só do orçamento participativo - nosso carro chefe, que mais aparece externamente - mas também dos conselhos municipais, da relação com o movimento sindical organizado, de mecanismos como o auxílio à constituição de cooperativas habitacionais autogestionadas, enfim, todo um conjunto de iniciativas cuja diretriz central é democratização. Esta valorização da democracia participativa é, para mim, nossa maior virtude.

Que lugar estas iniciativas democratizadoras ocupam numa estratégia de transformação da sociedade?

O sucesso em democratizar a cidade tem uma primeira dimensão central que é a resistência e o enfrentamento ao projeto neoliberal. O discurso neoliberal se apresenta monocórdio, universal. Estamos provando em Porto Alegre que uma alternativa existe, é viável.

Mas o processo de democratização tem uma segunda dimensão central. Ele é o elo de ligação com uma estratégia socialista. Ele representa um elemento que o sistema representativo não consegue absorver e revela as suas debilidades e insuficiências. No momento em que as pessoas exercem uma prática superior de democracia e se apropriam da cidade e do Estado, começam a desnudar os limites do sistema representativo, da delegação de poderes aos vereadores e ao prefeito, das práticas tecnocráticas. Começam, assim, a compreender a necessidade de uma democracia participativa, de uma democracia muito mais substantiva. Isso é uma ligação muito forte com o projeto de superação da sociedade capitalista.

Não temos hoje um projeto socialista sistematizado, estamos envolvidos pelos efeitos da crise internacional do movimento socialista, mas não tenho dúvida de que a democratização profunda do Estado, da política, da economia e da cultura são parte deste projeto, terão um lugar central nele.

Aí não existe contradição. Tudo que fizemos neste sentido, colaborará para que se tenha, a longo prazo, um fortalecimento da alternativa socialista. A participação direta e substantiva numa democracia em que as pessoas se apropriam do Estado de maneira distinta da delegação do poder do liberalismo, estabelece uma nova relação da sociedade com o Estado. Isso é decisivo para a criação de uma grande vontade coletiva que esteja carregada de um projeto de sociedade diferente.

Um governo democrático e popular tem, ao fazer o enfrentamento, que apontar um rumo que fortaleça uma alternativa estratégica. Ele deve reforçar os laços de

solidariedade, defender a necessidade de um Estado regulador e da ação consciente dos indivíduos se sobrepor à espontaneidade do mercado.

E mais. Estamos mostrando que nossa alternativa é muito mais eficiente sob o ponto de vista do atendimento às reivindicações populares. Demonstramos que é necessário um Estado com capacidade de incidir sobre as relações sociais fundamentais, fortalecer os la-



ços de solidariedade, aspectos decisivos para não afundarmos na barbárie que estamos vivendo a nível mundial e nacional. Demonstramos que é também fundamental uma ampliação da capacidade de controle da população sobre este próprio Estado e que esta participação é o antídoto contra os recursos públicos mal aplicados, a corrupção, o predomínio das empreiteiras nas obras públicas. Criam-se, desta forma, as condições para que a população participe diretamente, controle e decida efetivamente o seu destino.

Ouvimos seguidamente, no orçamento participativo, que quem decide a rua, quem decide o bairro, controla a cidade. A população tem consciência de que está participando deste processo de apropriação crescente do Estado.

Manter um sistema de prestação de serviços públicos eficazes, com o controle popular sobre eles implica administrar uma relação conflituosa com o capital. Como isso se expressa em Porto Alegre?

Este conflito não se coloca, nos limites dos municípios, num grau decisivo de confronto; não estamos aí disputando a Constituição, as regras fundamentais e as determinações essenciais da formação social do país. Mas elas se expressam de maneira particular.

Fizemos, em Porto Alegre, uma profunda reforma tributária, que nos permitiu uma recuperação real, de 1988 a 1995, de 140% reais na média dos tributos mu-

O sucesso da administração petista em Porto Alegre se deve à boa relação com o partido e, principalmente, ao processo de democratização que realizou na cidade.



A democratização da cidade é central para a resistência e enfrentamento ao projeto neoliberal, mas é também o nosso elo de ligação com uma estratégia socialista.

Recuperamos as finanças da prefeitura porque fizemos uma ampla reforma tributária, tornando a cobrança dos impostos e taxas mais justa.

nicipais (o IPTU, o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, o ISS e a taxa de lixo são os mais importantes na composição do total). O IPTU aumentou um pouco mais, o ITBI menos.

É isso que permitiu a manutenção da estrutura de serviços públicos. Esse crescimento real de 140% em sete anos não significa que todos os cidadãos tenham sido atingidos da mesma maneira. Não representa uma "fúria tributária", como a imprensa de direita nos acusa. O IPTU é um imposto direto, que grava o patrimônio, a propriedade, e deve ser progressivo. Em Porto Alegre, tivemos uma luta muito forte na Câmara e toda uma disputa legal de interpretação constitucional do direito do município aplicar a progressividade nestes tributos, como forma de torná-los mais justos.

Recuperamos as finanças. Provamos em Porto Alegre que não existe a crise das finanças públicas tal como ela é apresentada pelos governos federal e estadual. Neste mês de abril de 1996, o governo Britto não conseguiu nem pagar salários do funcionalismo, mas ao mesmo tempo aprovou na Assembléia Legislativa uma renúncia fiscal para empresas vinculadas a um programa chamado Fundo Operação Empresa. Este é o Estado pai dos ricos, um Estado que é uma continuidade direta do poder econômico. Enquanto nós, nestes sete anos, jamais praticamos qualquer isenção e isso não criou qualquer problema com a população.

O governo democrático e popular tem, portanto, compromisso com alguns setores sociais.

Nosso governo foi marcado por uma forte inversão de prioridade. Passamos a submeter as obras e os investimentos públicos a um profundo debate. Muitas vezes fomos acusados de não fazer o planejamento de longo prazo. A direita nos acusa de fazer obras que são todas "feijão com arroz", de não pensar a cidade em termos grandes. Isso não é verdade.

Não ficamos reféns de empreiteiras, dos grandes grupos econômicos que trabalham com as obras públicas. Ao contrário, subordinamos estes grupos à lógica criada pela população. Se a população quer mais pavimentação, saneamento básico, esgotamento pluvial, nós nos subordinamos a isso. Isso é um planejamento, também é uma forma de gerir a cidade. Travamos, desta forma, um enfrentamento na visão de planejamento, na inversão de prioridades, na política tributária.

Essa crítica do "arroz com feijão", na área do trânsito por exemplo, expressa-se em que não fazemos túneis e viadutos, como o Maluf faz em São Paulo, obras faraônicas por cima de ruas, por baixo de rios, etc. Nós não fazemos isso porque a população aponta no sentido oposto, no sentido da melhoria do transporte coletivo, no sentido de uma policentralidade da cidade, da melhoria dos serviços e equipamento públicos de uma forma distribuída e descentralizada na cidade - e isso diminui os problemas de congestionamento. São formas distintas de enfrentar o mesmo problema: privilegiar o automóvel e cobrir as áreas centrais de viadutos, túneis e elevados; ou descentralizar a cidade, ter uma isonomia de tratamento dos vários bairros de modo que suas populações não precisem fazer muitos deslocamentos ao centro. Os resultados, neste caso, são muito melhores, porque os gastos públicos não se concentram em caríssimas obras viárias em detrimento do abandono das áreas sociais.

Essa prioridade significa contratar mais gente. Orgulhamo-nos de ser um município que não demite funcionários, que não alega que a máquina está inchada. E muito menos afirmamos que eles são os culpados e os responsáveis pela crise das finanças públicas. Pelo contrário, nós estamos contratando mais professores, médicos, enfermeiros. Não se trata de um inchaço nas atividades administrativas. Agora, com a municipalização da saúde, este processo vai se ampliar ainda mais.



A educação de zero a seis anos inexistia quando o Olívio assumiu e agora atinge quase dez mil crianças na rede gratuita.

Isso é uma diretriz, uma orientação que reflete um programa. Estamos fazendo com que o poder público se volte para atender os explorados, os oprimidos, criando através disso um enfrentamento à espontaneidade das relações capitalistas dominadas pelo mercado, que acentuam esta exclusão. Isso aponta na direção de outro Estado.

Assim, o orçamento participativo retoma, no fundamental, a crítica clássica do socialismo ao capitalismo: que o produtor, entendido aqui como o cidadão, seja cada vez mais produtor e legislador. Que ele se aproprie do Estado de forma direta, que o cidadão que trabalha, produz, contribui, tenha o controle da legislação que afeta sua vida. Isso vai na contramão do liberalismo, do sistema representativo. Ao se traduzir na política, o mercado afasta cada vez mais o cidadão do controle político, das leis, da apropriação do Estado, da condução da coisa pública. Ele marginaliza, fragmenta, torna as pessoas cada vez mais ausentes, distantes do processo decisório. O nosso processo é o inverso.

Isso implica levar para o cotidiano do cidadão uma disputa de projetos políticos?

Um lugar onde isso se expressa é na relação com alguns vereadores da direita. Começa a existir uma crescente disputa com parte da Câmara e alguns "filósofos" da direita na cidade, que denunciam o orçamento participativo como algo subversivo, que solapa o papel da Câmara e o sistema de democracia representativa, apresentado como o máximo de democracia que a humanidade conseguiu inventar. Na Câmara, o eleito fica inamovível durante os quatro anos de mandato, mesmo que rompa com os compromissos partidários pelos quais ele se legitimou e foi eleito.

Mas a prática no orçamento participativo dá as pessoas uma consciência das relações reais no Estado e na sociedade e os torna críticos à democracia representativa. Mostra que é perfeitamente possível a ação direta de controle da população sobre o Estado. Neste caso, elas removem muito mais depressa seus conselheiros, há uma revogabilidade imediata de mandato, não tem cadeira cativa. Se ele não comparece, se ele não atende às reivindicações, automaticamente é substituído. Este processo é conflitivo com o interesse de boa parte dos

vereadores, que sentem que começa a tremer a sua base, a sua forma clientelista de relação.

O orçamento participativo desencadeia, assim, um processo de politização, que subverte as relações políticas tradicionais, a passividade?

Claro. Ele rompe com a visão paternalista da política. As pessoas não pedem para o prefeito, o vice-prefeito, os secretários, os vereadores. Rompem com a visão populista e clientelista de relação com o executivo.

Isso não é, evidentemente, contraditório com a ação parlamentar. Os vereadores que são contra, é porque a bancada da esquerda é uma bancada que vai no orçamento participativo, que se integra como um legítimo membro desse processo e auxilia a população a encaminhar esse processo, ajudar a esclarecê-la, dar dados, informações de toda a sistemática. Se incorpora, assim, como um protagonista semelhante à população: quem é contra é quem é clientelista, quem teve sempre uma relação subordinadora com a população, de manipulá-la, usá-la no processo eletivo.

E o executivo se submete a críticas?

É evidente. Se alguém acha que o prefeito e os secretários vão a uma reunião do orçamento para serem elogiados e terem o seu ego esfregado e amaciado, está enganado. As centenas de pessoas que estão nessas plenárias vão lá para xingar, para demonstrar toda a sua indignação, para exigir, cobrar, reclamar de obras que foram mal feitas ou que as empreiteiras não fizeram como deveriam. Isso incentiva a capacidade fiscalizadora da população, estimula que ela tenha uma outra visão da coisa pública, de proteção dos equipamentos públicos, porque ela sabe que ela está pagando, decidindo e construindo isso. Há uma diferença brutal entre a situação das nossas escolas em Porto Alegre e o estado físico das escolas do Estado, pelo cuidado da população e pela forma como nós preservamos o patrimônio público.

Isso não se choca também com a visão tecnocrática de uma parte dos técnicos do Estado, que não aceitam ou têm dificuldades de se submeter a um controle popular?

Li outro dia uma entrevista com o Rafael Greca, o prefeito de Curitiba, onde ele dizia que a alma do seu governo era o Instituto de Planejamento de Curitiba,

um Instituto que tem uma trajetória de anos e tem sido uma usina de produção de idéias. Com todo respeito aos técnicos e ao seu conhecimento, que é importante e necessário para pensar a cidade, nós nos orgulhamos de dizer que a alma do nosso governo é o orçamento participativo. Nesses anos temos provado que isso não é menos eficaz do que as obras ditadas pelos técnicos ou programadas nos gabinetes.

A visão tecnocrática do conhecimento como elemento central para pensar os grandes centros urbanos é uma visão que acaba subordinando as decisões a uma lógica que não é neutra, não é isenta de compromisso social. Não é essa classe média egressa da universidade que vai, pelo conhecimento científico, tornar esta lógica neutra ou capaz de melhor encaminhar os conflitos entre o capital e o trabalho nas grandes cidades. Esta lógica é dada pelas pressões, pelos compromissos que têm a prefeitura, o prefeito e os partidos que o elegeram. Esta lógica sofre, por melhores que sejam os técnicos, do mesmo viés que é dado pela visão elitista, aquela concepção de que a população, o povo, o trabalhador não têm condições, capacidade e discernimento de assumir diretamente a decisão daquilo que lhe interessa.

Nós apostamos no caminho oposto, que o planejamento urbano pode ser feito a partir e à luz desses interesses, que a população no momento em que decide obras, está criando uma outra relação com o poder público, está criando uma outra relação com a descentralização dos serviços. Repito, isso é um planejamento, mas dentro de uma outra visão de construção da cidade. Nós fazemos essa disputa e a população também está certa quando critica a morosidade da máquina e a decisão puramente tecnocrática.

Há conflitos e às vezes a população está errada, não quer considerar ou não leva em conta aspectos técnicos importantes, por exemplo, quer uma obra de pavimentação em regiões íngremes ou acidentadas, que tornariam o investimento ineficiente. Nesse caso há um enfrentamento, uma disputa, uma busca do convencimento e de consenso, que é tensionado. Mas nossa experiência tem revelado que as pessoas - a partir do momento que têm a informação, que compreendem, de maneira democrática, no debate franco e aberto - se convencem e reconhecem que algumas regras e princípios têm que ser seguidos. Isso, porém, não elimina o fato de que a decisão da obra tenha permanecido nas mãos da população organizada.

Qual é a dinâmica desse processo hoje?

Nós já estamos praticamente na metade da discussão para o orçamento de 1997 da cidade. Já fizemos toda a primeira rodada nos meses de março e abril nas regiões e nas plenárias temáticas e agora estamos numa fase do que chamamos de reuniões intermediárias. Aí a prefeitura não entra, a decisão é diretamente da comunidade. Nós não temos nem como controlar esta fase, porque são centenas, talvez milhares de reuniões; cada região se microrregionaliza e aí a população começa a estabelecer as suas prioridades. Ela aprova sua reivindicação, a rua a ser asfaltada, o saneamento básico, a ampliação de escola ou construção de uma nova escola.

Tudo isto vai ser encaminhado pelos conselheiros, que são eleitos numa segunda rodada no mês de julho, quando começa o processo de compatibilização das reivindicações feitas. Os conselheiros e delegados são os grandes responsáveis por esse processo, que continua até dezembro. O conselho popular do orçamento funciona ao longo de todo o ano, com as reuniões de acompanhamento, de fiscalização, as comissões de obras e desdobramentos que incorporam outros mecanismos existentes, como os conselhos locais de saúde e transportes. Enfim, há todo um processo paralelo ao orçamento participativo que envolve a comunidade.

O orçamento participativo retoma a crítica clássica do socialismo ao capitalismo: que o produtor, entendido aqui como o cidadão, seja cada vez mais produtor e legislador.

Se alguém acha que o prefeito e os secretários vão a uma reunião do orçamento para serem elogiados e terem o seu ego esfregado e amaciado, está enganado. As pessoas vão lá para xingar, para exigir, cobrar, reclamar.



Quanto isso representa em termos de participantes?

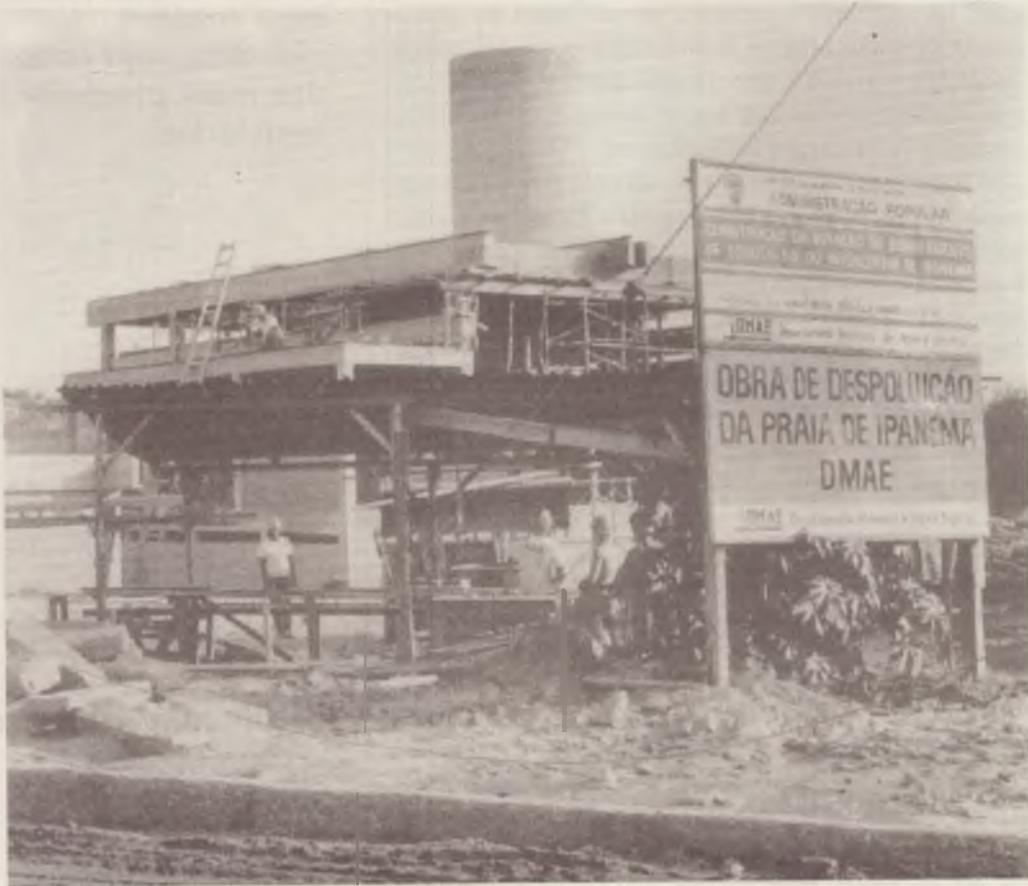
Nessas duas rodadas cuja presença controlamos, a primeira e a segunda rodadas, tivemos em 1995, em torno de 15 mil pessoas participando. Porto Alegre tem hoje em torno de 1,3 milhão e um eleitorado acima de 16 anos entre 850 e 900 mil pessoas.

Isso em São Paulo daria mais de 100 mil pessoas participando?

A relação seria, comparando com São Paulo, em torno disso. Mas nossos números não têm como levar em conta as pessoas que vão apenas nessas reuniões intermediárias, microrregionalizadas.

E o número de conselheiros?

São 2 conselheiros e 2 suplentes por região e por temática. Portanto, são 16 regiões mais 5 plenárias temáticas, são 42 conselheiros e 42 suplentes. E esse ano teremos em torno de uns 800 ou 900 delegados nesse



processo, eleitos na proporção de 1 para 20 pessoas presentes. Os delegados são importantes porque, junto com os conselheiros, se responsabilizam pela organização do processo e pela garantia do cronograma das reuniões, definindo os locais onde as pessoas vão se reunir. Eles têm o compromisso de expressar, como eleitos, aquilo que a população decidiu, não podem alterar as decisões tomadas na base.

Mas o orçamento participativo não engessa a ação dos órgãos do governo?

A grande credibilidade do orçamento participativo está centrada em dois aspectos. Primeiro, o poder público se subordina efetivamente a ele. Você não engana a população chamando para discutir e depois faz o que te dá na telha. A credibilidade é dada porque as pessoas sabem que aquilo que é decidido é feito. Segunda questão fundamental: a garantia de que ali não tem cartas marcadas, de que não há um privilégio nem um aparelhamento pelos partidos da Frente Popular ou pelo governo. Nós proibimos que as pessoas em cargos de confiança possam ser eleitas delegados ou conselheiros. Temos vários conselheiros que são do PDT e do PMDB, partidos que não estão no governo. É a confiança que eles têm que o governo não discrimina, não tem nenhuma política de isolá-los que dá a credibilidade ao processo. Se isso fosse quebrado, teríamos uma correia de transmissão do governo. Temos tido cuidado de evitar isso,

evitar uma política de aparelhamento desse processo.

Pode-se, então, dizer que o orçamento participativo é um processo de educação para a cidadania?

Sim. É uma enorme escola de formação, de cidadania, de apropriação do Estado pela população. De certa maneira, as reuniões, na prática, se constituem em verdadeiros cursos de ação cidadã, de ação política. As pessoas retiram o caráter misterioso, secreto, enigmático do orçamento e se dão conta de que o orçamento não é senão a disputa da renda da cidade em obras, equipamentos e decisões que afetam a sua vida. E para isso ninguém precisa estar na universidade, ser doutor, economista etc.

Hoje temos vários líderes comunitários que começam a se transformar em especialistas - no sentido de conhecerem profundamente - em temas como circulação e transportes. As pessoas passam a incorporar a cidade na sua vida, tratam-na como sendo a extensão do seu dia a dia e isto é um processo riquíssimo, muitas vezes até emocionante. E aí é que você vê também a inteligência, a grande capacidade de discernimento dos problemas coletivos e a capacidade de liderança que existe no meio popular, que só não se expressa mais porque ela está subordinada, ela está submetida. É crescente, por exemplo, o número de lideranças comunitárias que apareceu nesse processo e que hoje se capacita a disputar a Câmara de Vereadores, se capacita a disputar uma direção sindical.

Vocês tem tido surpresas na relação com a população?

Quando a relação com a comunidade se desenvolve, começa a mostrar uma série de outros elos que, tradicionalmente, os governos não reconhecem ou não dão importância. No momento em que democratizamos o orçamento, começamos a democratizar o acesso à cultura, ao lazer e isso incide diretamente sobre o poder público: ganham espaço os movimentos culturais populares, com as religiões afro, com a umbanda, com os grupos de capoeira, com as ligas de futebol de várzea, desvendando um mundo até então desconhecido.

O caso do futebol é impressionante. Fomos tomando conhecimento e vimos que Porto Alegre possuía em torno de 50 ligas de futebol amador, que organizam de 15 a 20 equipes cada uma, com times de adultos, veteranos e infantil. Isso dá 40 ou 50 mil pessoas envolvidas diretamente. E mais os massagistas, os cartolas, a torcida, quem lava as camisetas, quem faz as camisetas etc.

Outro é o da cultura popular, do movimento da música. Um bairro de Porto Alegre, a Restinga, é uma espécie de capital do rap dentro da cidade. Um festival de rap que foi feito aglutinou mais de 25 conjuntos e grupos de rap e colocou durante dois dias mais de 13 mil pessoas na Usina do Gasômetro.

Então a administração está alicerçada numa vasta rede de organização popular e expressa a vontade política de uma camada de ativistas bastante ampla, que é quem sustenta a ação do governo junto à população?

Essa é hoje a vanguarda social da cidade. O orçamento participativo não forma quadros só para a administração ou para a Frente Popular. Forma quadros para a cidadania, para o processo democrático, para uma cidade mais cidadã, que não aceita violência e massacres, que reage à injustiça e à exclusão social. Ela se identifica com nosso projeto e zela pela sua manutenção.

Eu estou acostumado a ouvir depoimentos de pessoas de outros partidos que afirmam que vão votar no PT, mesmo sem sair de seus partidos. Elas crêem que temos que continuar no governo pois acreditam que essa é a primeira das garantias da continuidade desse processo. Sem isso, dificilmente, teríamos feito, no segundo turno da campanha de 1994 do Olívio para governador, 2/3 dos votos na cidade de Porto Alegre. □

Orgulhamo-nos de dizer que a alma do nosso governo é o orçamento participativo. Provamos que ele é mais eficaz como forma de gestão do que as obras ditadas pelos técnicos ou programadas nos gabinetes.

Necessidade histórica e estratégia

ANTOINE ARTOUS

Acaba de ser publicado na França o livro *Cobiçar o impossível. A utopia com Marx, apesar de Marx*, de Henri Maler (Paris, Albin Michel, 1995). Esta obra se inscreve num movimento mais amplo em curso naquele país de releitura da obra de Marx desde um ponto de vista socialista, onde também se destacam o livro recente de Daniel Bensaid, *Marx, o intempestivo* (ver *Em Tempo* n° 287) e a obra de Michel Vadée, *Marx pensador do possível*. Abaixo reproduzimos a resenha sobre *Cobiçar o impossível* publicada pelo jornal *Rouge*.

“A utopia com Marx, apesar de Marx”: o subtítulo do livro de Henri Maler indica bem o programa que se coloca o autor. A crítica aguda da obra de Marx tem como objetivo não rejeitar o projeto de transformação radical do mundo, mas ao contrário restituir a “função emancipadora” da utopia.

Isso supõe questionar a utopia “quimérica” em favor da utopia “racional”, permitindo “ultrapassar a alternativa entre o voluntarismo utópico e o fatalismo científico”. O conceito de utopia designa “aquilo que é impossível em uma ordem social que imede a sua realização e que seria possível em uma nova ordem social”.

Esta abordagem, nos diz o autor, existe em Marx. Nos *Grundrisse*, por exemplo, este “raramente anuncia a fatalidade do comunismo: ele circunscreve sua possibilidade. Ele apresenta não a necessidade absoluta do comunismo, mas as condições que o tornam possível... A dialética tem, então, por objeto detectar as condições e contradições que determinam as tendências necessárias sem prometer a necessidade de sua realização”.

Utopia e estratégia

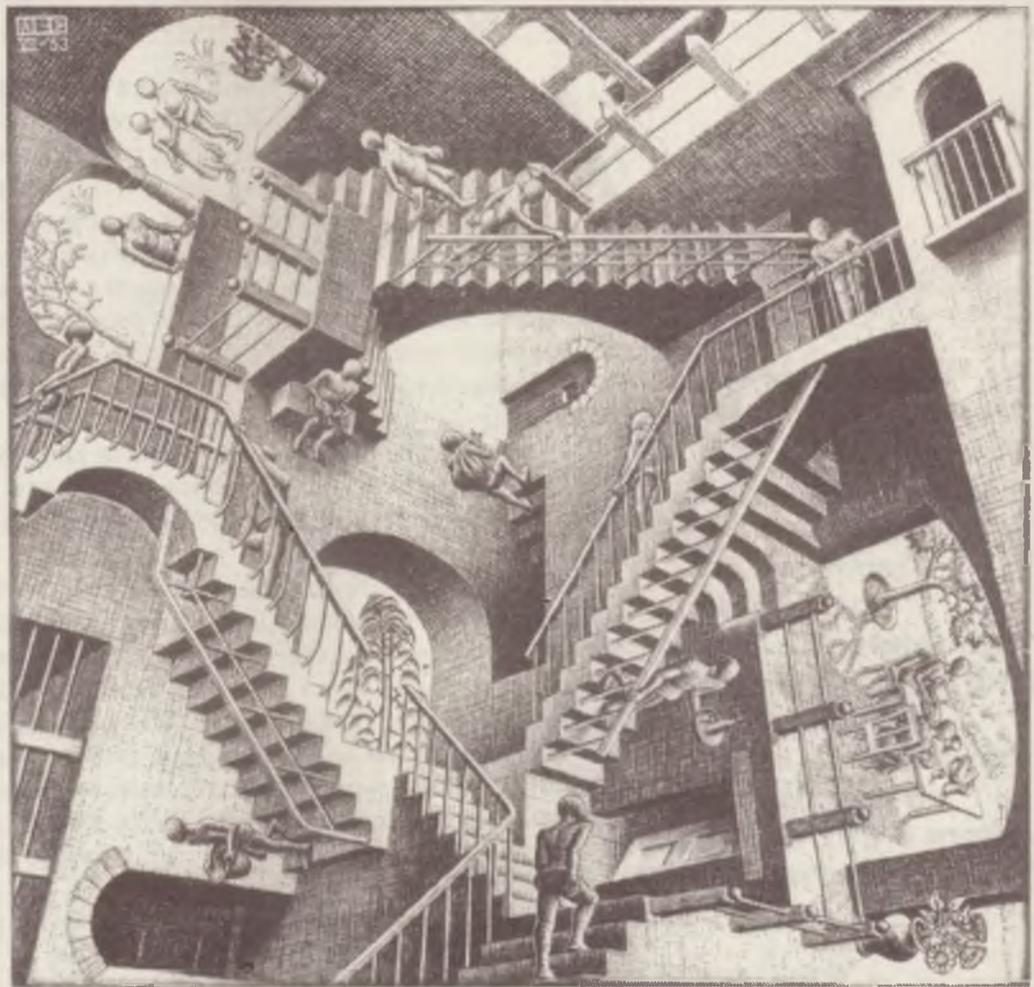
Esta dialética “detecta a utopia que dá espaço à estratégia contra a utopia que a distorce”. Reencontramos aqui a segunda tensão que Henri Maler destaca em Marx. De fato, algumas vezes, para este último, “os objetivos estratégicos são a expressão de uma necessidade histórica que não se limita a fazê-los surgir, mas os absorve. A estratégia requerida é sempre a expressão da necessidade compreendida”.

Esta tensão se manifesta na abordagem da luta política do proletariado sobre a qual Marx, sabe-se, insiste permanentemente. Somos algumas (frequentes) vezes forçados a constatar “a supressão do momento estratégico pela promessa da ditadura do proletariado, apresentada por Marx como consequência da necessidade histórica, quando não é senão a possibilidade de fundá-la em seu próprio discurso como imperativo estratégico”.

A leitura de Marx aqui proposta parece-me particularmente pertinente na medida em que, para estabelecê-la, Henri Maler desenvolve uma crítica minuciosa dos textos. A começar pelos textos de juventude de Marx e por aqueles que se referem à problemática da alienação - frequentemente mobilizados no passado por autores que entendiam restituir, contra o cientificismo, a dimensão crítica do marxismo.

Romper com o “essencialismo”

Ora, *Os manuscritos de 1844* veiculam um “essencialismo histórico” explica Henri Maler. “A essência



da história se confunde com a realização da essência humana”. Marx rejeita o “essencialismo ahistórico” de certas formas de utopia, mas esta última reaparece porque o comunismo é apresentado “como a superação de todas as formas de alienação”. A emancipação é pensada como “a realização do homem total em cada indivíduo singular”.

Na perspectiva comunista assim definida, Henri Maler vê registra a presença das figuras da *transparência*, da *imanência* e da *onipotência*. Isto é, a crença na possibilidade de uma forma de socialização dos indivíduos que desemboca na “transparência das relações sociais”. Crença que supõe a imanência - a possibilidade de “relações imediatas entre os produtores, a ausência de toda mediação” - e desemboca na “onipotência dos homens sobre suas próprias relações sociais”. Henri Maler rastreia a presença desta tripla figura na obra de Marx.

Henri Maler, em uma entrevista à Daniel Bensaid, publicada na revista *Critique Communiste* n° 143, destaca que a ruptura operada por Marx nos textos de 1844-45 com as filosofias da história e com uma visão da “história autônoma”, não é contraditória com a presença nele de uma “promessa utópica baseada na dialética da realização da essência humana”.

A este nível, é interessante relacionar esta leitura com aquela que faz Daniel Bensaid em *Marx, o intempestivo*. De fato, sob muitos aspectos, os dois autores tem preocupações similares sobre o marxismo e sua história. Todavia, a leitura de Marx proposta por Maler oculta menos certas tensões, é mais crítica. De maneira correta, me parece. □

Na visão de Marx, algumas vezes os objetivos estratégicos, a serem atingidos na luta política, são apresentados como a expressão de uma necessidade histórica que não se limita a fazê-los surgir, mas que termina por eliminá-los.

Perspectivas da nova etapa

SAMUEL VIDA E GILBERTO LEAL

"O dilema social representado pelo negro liga-se à violência dos que cultivaram a repetição do passado no presente. E exige uma contraviolência que remova a concentração racial da riqueza, da cultura e do poder."
Florestan Fernandes

A presença negra no Brasil sempre foi marcada por uma dinâmica de luta e resistência à opressão racial. Neste sentido, podemos afirmar que o "movimento negro" tem uma trajetória de quase cinco séculos em nosso país.

Combinando luta política organizada com o esforço individual pela sobrevivência, o povo negro construiu ao longo da história do Brasil as mais democráticas experiências de participação popular e questionamento às desigualdades e injustiças arraigadas em nossa sociedade.

Destaca-se, como principal experiência de luta pela liberdade, a construção da "República de Palmares", estado multirracial, democrático e soberano que foi dirigido pelo heróico líder Zumbi.

Outras iniciativas foram desenvolvidas pelo povo negro na sua luta, tais como a Revolta dos Malês, Revolta dos Alfaiates, Balaiada, Revolta da Chibata, Imprensa Negra, Frente Negra Brasileira, Teatro Experimental do Negro etc. A experiência da Frente Negra Brasileira, nos anos 30, se constituiu num grande esforço político e social para conquistar a inclusão social, econômica e política na sociedade brasileira, à partir de uma organização política nacional e de um projeto de sociedade multirracial.

Mais adiante, no contexto adverso da ditadura militar, surgem novas formas de organização e luta dos negros e negras brasileiros.

Mistificação da história

Uma concepção pseudo-progressista pretendia modificar o país sem alterar substancialmente as relações raciais. Não é a toa que se reserva um papel tão "relevante" para a Inconfidência Mineira, para a Independência e para a Proclamação da República. Estes e outros episódios mistificadores cumprem um papel de apagar da memória coletiva do país a rebeldia negra como elemento galvanizador das verdadeiras lutas emancipacionistas no Brasil.

A versão atualizada desse legado pseudo-progressista é sustentada, ainda hoje, pela esquerda que identifica as primeiras manifestações de resistência dos trabalhadores à partir da chegada dos imigrantes brancos europeus e da realização do I Congresso Operário Brasileiro em 1906.

Ao não reconhecer o

papel do trabalho do povo negro como elemento estruturador e definidor do caráter da sociedade gestada no Brasil, a esquerda se incapacitou para entender os desdobramentos institucionais, econômicos, sociais e ideológicos do país realmente existente, se revelando impotente para construir um projeto de enfrentamento às elites, com respaldo de massas.

Da retomada dos anos 70 à Conen

A retomada da organização negra nos anos 70 se verificou num momento em que o mito da "democracia racial" se encontrava fortemente consolidado, em consequência de um longo período de derrotas das experiências organizativas do povo negro. Aí, a experiência da resistência negra norte-americana e as lutas de libertação na África cumpriram um papel reaglutinador, contribuindo para a recomposição identitária do negro brasileiro. Isto também esclarece o papel fundamental cumprido pelas organizações e movimentos culturais que contribuíram para o resgate da auto-estima, recuperando símbolos e referenciais estéticos, e intensificaram a reconstrução da identidade histórica e da rebeldia do negro brasileiro.

Na década de 80 multiplicaram-se organizações negra, impondo-se a criação de organizações mais amplas para o aprofundamento e troca de experiências no âmbito regional e nacional. Surgiram articulações de entidades negra do norte-nordeste, centro-oeste e sudeste, com a realização de diversos encontros regionais, cujas experiências conduziram à construção da proposta de realização do I ENEN - Encontro Nacional de Entidades Negras.

O ENEN se realizou em novembro de 1991, em São Paulo, dando origem a criação da CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras como representação permanente e espaço de articulação nacional do movimento negro no Brasil. O ENEN definiu também a constituição de Fóruns Estaduais de Entidades Negras para o desenvolvimento das atividades comuns nos estados.

O Encontro Nacional de Entidades Negras conseguiu reunir expressões variadas da trajetória de luta e resistência negra no Brasil. Participaram várias organizações envolvidas em atividades como: grupos culturais, grupos religiosos, organizações políticas, comunidades rurais remanescentes de quilombos, etc. Participaram, também, diversas entidades de caráter nacional como: Agentes Pastorais Negros; União de Negros pela Igualdade; Grupo União e Consciência Negra; Articulação Nacional de Religiões Afro Brasileiras; Articulação Nacional de Universitários Negros.

O Movimento Negro Unificado (MNU) se fez presente ao ENEN através de uma delegação que não se enquadrava nos critérios estabelecidos conjuntamente pelas diversas organizações que prepararam o Encontro. Em decorrência disto, saiu do Encontro com questionamentos a sua representatividade e seus possíveis desdobramentos. O MNU é a única organização nacional do movimento negro que não participa regularmente dos fóruns constitutivos da CONEN. Há um esforço do conjunto da CONEN no sentido de convencer os companheiros a participarem e, em alguns estados, as seções do MNU começam a participar de atividades, embora sem uma formalização nacional da entidade.



Unidade na diversidade

O alcance estratégico da realização do I ENEN significa, sobretudo, o esforço pela reaglutinação das diversas tradições de luta anti-racista num leito comum. Trata-se da possibilidade de recolocar o povo negro na liderança do processo de luta por transformações radicais da sociedade brasileira.

A consolidação desse processo requer o máximo de generosidade política de todos os setores para a construção da unidade na diversidade, a reconquista de uma identidade de propósitos, a ser construída coletivamente, numa perspectiva anti-racista e anti-capitalista, que articule todas as multifacetadas expressões da luta e resistência negra.

Esta articulação nacional de entidades negras deu grandes passos em 1995 através da realização de um conjunto de atividades nos estados, pela passagem dos 300 anos de Zumbi. No plano nacional contribuiu para a realização da marcha à Brasília e para a realização do Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais.

Em 1995, consolidou-se o processo de internacionalização com a realização pela CONEN do Congresso Continental dos Povos Negros das Américas, em novembro, em São Paulo, com a presença de 19 países. A CONEN também participou da campanha dos "500 anos de resistência indígena e popular" e do evento promovido na Guatemala pelo Movimento Continental de Resistência Indígena e Popular.

Durante o ano de 1995, a população, e particularmente a população negra, se viu colocada diante de um aprofundamento das reflexões sobre a verdadeira história do país e sobre a realidade do negro no Brasil. O mito da "Democracia Racial" foi desmascarado mostrando a existência de um *apartheid* que discrimina, segregava e exclui os negros da cidadania.

Novo período

O reconhecimento pelo governo e pela sociedade da existência do racismo como fenômeno arraigado no cotidiano das relações sociais no Brasil representa uma vitória da luta secular do povo negro, mas exige uma nova postura para as organizações negras, pois esgota o período em que o movimento se construía apenas à partir da denúncia.

Esta vitória foi construída à revelia da esquerda. Em grande medida, é também uma vitória contra a esquerda tradicional, contra uma visão eurocêntrica e branca que reproduz discriminações e preconceitos, mesmo nos espaços das organizações populares. Enfim, mostra o acerto de Steve Biko quando afirmou que "os negros devem estar por sua própria conta".

Coloca-se, hoje, a necessidade de uma modificação gerencial para o Movimento Negro Brasileiro, como forma de prepará-lo para os desafios que a nova situação impõe. Faz-se necessário a perspectiva de chegada ao poder para implementar políticas públicas de combate ao racismo e construção da igualdade. Isto exige o fortalecimento de uma ação coordenada nacionalmente que contribua para a elaboração de um projeto para a sociedade brasileira, a partir da perspectiva do povo negro.

Neste momento, as elites já buscam se apropriar do reconhecimento do racismo para propor iniciativas governamentais na esfera das políticas públicas e cooptar lideranças e setores do movimento para legitimar o projeto neoliberal. Neste sentido, o Grupo Interministerial criado por FHC deve ser combatido e questionado à partir de uma plataforma alternativa ao pacote governamental, que faça a ligação entre a exploração e opressão racial e o capitalismo no Brasil.

Os indicadores sociais denunciam a situação de abandono em que se encontra a população negra. Vitimados

pela analfabetismo, desemprego, prostituição, violência contra crianças e adolescentes de rua, falta de moradia, espoliação dos seus valores culturais e religiosos, violência policial etc., os negros continuam enfrentando condições de vida insuportáveis e desumanas e a perspectiva neoliberal não será capaz de enfrentar efetivamente este quadro. Pode, entretanto, esvaziar o potencial explosivo e revolucionário do debate em torno das relações raciais no Brasil com algumas mudanças cosméticas.

Aliança estratégica

Apesar da direita mostrar-se mais atenta para dialogar em torno da questão racial, sabemos ser impossível qualquer mudança substancial das relações raciais no Brasil nos marcos do capitalismo e seu projeto neoliberal. Por isso, a qualificação propositiva do movimento negro tem, também, o papel de despertar a esquerda branca para a necessidade da construção de uma aliança permanente e estratégica.

Esta aliança estratégica com a esquerda deve ter um duplo conteúdo. A incorporação da questão racial na agenda programática de conteúdo anti-capitalista destes partidos deve se combinar com uma partilha efetiva dos espaços de poder e representação, tanto no âmbito das organizações populares quanto no terreno político-institucional.

Por tudo isto, o ano de 1996 possui uma singular importância para a construção da CONEN. O saldo conquistado até aqui pelas lutas dos negros, a conjuntura eleitoral e a implantação do projeto neoliberal colocam uma grande responsabilidade e exigem uma aceleração da capacidade organizativa e política desta articulação.

Desafios imediatos

No plano político eleitoral é necessária uma uniformização de iniciativas no terreno da disputa eleitoral buscando influenciar os programas de governo das candidaturas que demarcam com o projeto neoliberal, garantindo a proposição de políticas públicas para combater o racismo; iniciar uma campanha pelo voto racial, combinada com um conteúdo anti-capitalista; fortalecer as candidaturas negras em todos os níveis etc.

Na conjuntura se impõe uma incorporação explícita do conteúdo racial na defesa da previdência, da escola pública e gratuita, na questão da Reforma Agrária, no combate ao desemprego, no combate à violência etc.

No aspecto organizativo devemos construir uma dinâmica mais estável de funcionamento, fortalecendo os fóruns estaduais, a coordenação nacional e convocando o II ENEN para o mais breve possível.

Estes desafios são parte da construção de um novo momento para o movimento negro em nosso país, com a sua afirmação como sujeito político representativo do povo negro. Afinal, como diz a sabedoria dos nossos ancestrais negros: "quem dorme com os olhos dos outros não acorda a hora que quer". □

Samuel Vido é advogado e Gilberto Leal é geólogo. Ambas militam no grupo negro NIGER OKAN.



"A raça é uma formação social que não pode ser negligenciada na estratégia da luta de classes e de transformação dentro da ordem ou contra a ordem. (...) há um potencial revolucionário no negro que deve ser despertado e mobilizado."
Florestan Fernandes

Uma retomada curta



MAXIME DURAND

A conjuntura do início de 1996 caracteriza-se por sinais de redução do crescimento econômico nos EUA e na Europa. Os números publicados na *Perspectivas Econômicas* da OCDE de dezembro de 1995 já ficaram obsoletos para a França e a Alemanha, cujo crescimento deve ficar entre 1 e 1,5% em 1996. Mesmo assim, os dados da tabela 1 mostram este fenômeno - que, a crer na OCDE, deve desaparecer em 1997, com uma espantosa convergência para uma taxa de crescimento fatídica de 2,7%!

A OCDE tem hoje 32,5 milhões de desempregados, dos quais 18,3 na União Européia. Ora, mesmo admitindo o cenário mais cor de rosa, o ritmo de crescimento previsto não seria suficiente para fazer recuar a taxa de desemprego dos maiores países. A tabela 2, tirado da mesma fonte, mostra como o desemprego de massa veio para ficar. As promessas da Comissão Européia, de reduzir pela metade o desemprego na Europa, com a criação de 15 milhões de empregos, já foram esquecidas. E como desemprego custa caro, a OCDE - falando em voz alta o que provavelmente os governos pensam baixinho - retomou um dos seus discursos mais desagradáveis, o de propor uma redução do seguro-desemprego "a fim de melhorar os mecanismos de incitação ao trabalho". Como se o desemprego viesse da falta de entusiasmo dos que procuram emprego!

Depois da recessão do início dos anos 80, houve uma retomada, mais ou menos intensa, em todos os países desenvolvidos. A atividade aumentou regularmente até o início dos anos 90. Foram criados empregos, e o desemprego recuou um pouco por toda parte. Este período, segundo os economistas ortodoxos, é a prova de que as receitas neoliberais funcionam, e que logo voltaremos ao crescimento.

A partir de 1990, contudo, a situação mudou. Foi se deteriorando de modo contínuo em 1991 e 1992; mas só em 1993 os especialistas reconhe-

ceram a recessão, rendendo-se à evidência. Ela foi muito dura, e até mais profunda, na maior parte dos países, que as de 1974-75 e de 1981-82. O desemprego voltou a subir, e até os países europeus melhor protegidos recuperaram seu "atraso", em alguns casos, como na Suíça e na Suécia, de forma muito brutal.

Uma retomada de apenas 18 meses

Os ideólogos do capital começaram a prever nova virada do ciclo, e de fato a partir de 1994 veio uma retomada, e com um dinamismo muito grande: o crescimento arrancou tão depressa como a produção tinha recuado. Falou-se que esse ciclo desembocaria em um crescimento duravelmente sustentado.

Aí ocorreu um fenômeno que eles não previram e têm dificuldade de compreender, isto é, uma nova virada da conjuntura após apenas dezoito meses de retomada. Ainda estamos neste ponto. Diante desta situação decepcionante, o discurso oficial permanece de otimismo. Não lhe faltam argumentos, e é interessante analisar o que pode justificá-lo.

No *Le Monde* de 18 de janeiro, Michel Candesuss escreveu em nome do FMI: "no plano mundial, a inflação está no seu nível mais baixo dos últimos 30 anos; o crescimento prossegue; as grandes moedas mudaram sua trajetória, alcançando maior credibilidade". Em resumo, "se o

economista tivesse o direito de só tratar da macroeconomia, teria razões para mostrar-se sereno". Os ministros das Finanças do G-7, reunidos em Paris, mostraram a mesma serenidade: "Apesar de uma redução temporária da atividade na maior parte de nossos países nos últimos meses, parecem reunidas as condições necessárias para uma retomada sustentada". O presidente francês Jacques Chirac não se pejou de afirmar sua confiança no "crescimento que retornará e que será durável, pelo menos para um ciclo de 20 ou 30 anos". Causa admiração especialmente este maravilhoso "pelo menos".

Seria errado ver nestes discursos apenas uma tentativa de convencimento puramente ideológica. A razão pela qual a situação aparece "fundamentalmente satisfatória" à OCDE porque "os de cima" não raciocinam com os mesmos critérios que "os de baixo" - que, de uma certa maneira, não têm nenhum motivo para perceber estes três trimestres de retomada. Os principais critérios da ciência econômica oficial não são o desemprego e as condições de vida dos trabalhadores, mas as taxas de juros, a inflação e a rentabilidade. Desta ótica, podemos dizer que as coisas não vão tão mal.

O capitalismo mundial dispõe dos "fundamentos vigorosos do lado da oferta"; em outros termos, os lucros estão altos e a inflação baixa. A nota da Comissão Européia que apresenta as perspectivas econômicas adianta com perspicácia esta bonita fórmula: "do lado da oferta, os fundamentais estão prontos para um salto da demanda". O comentarista raciocina como se a oferta e a demanda fossem duas entidades independentes, como se a boa saúde do lado da oferta não pudesse ter como contrapartida uma fraqueza intrínseca da demanda. Esta grande distância entre a boa situação da economia em geral e a vida concreta das pessoas é bem ilustrado pelo gráfico ao lado, que mostra a evolução do lucro e do crescimento, para o conjunto dos sete países mais ricos. Pode-se encontrar aí a periodização proposta acima, e sobretudo constatar a tendência regular de alta da taxa de lucro desde o começo da onda neoliberal. Ela voltou a seu nível de antes da crise (exceto para o Japão). Mesmo a recessão do início dos anos 90 não conseguiu fazê-la recuar: apenas freou sua progressão. Ao contrário, o crescimento econômico registra flutuações muito amplas e não mostra nenhum movimento de retomada durável em um nível mais sustentado. Esta contraposição resume perfeitamente o caráter regressivo do capitalismo contemporâneo: o respeito dos seus critérios de eficácia não implica de nenhuma maneira uma maior satisfação das necessidades sociais.

Tabela 1 - Taxa de crescimento do PIB

	1993	1994	1995	1996	1997
EUA	3,1	4,1	3,3	2,7	2,8
Japão	-0,2	0,5	0,3	2,0	2,7
Alemanha	-1,2	2,9	2,1	2,4	2,7
França	-1,5	2,9	2,7	2,2	2,7
Grã-Bretanha	2,3	3,8	2,7	2,4	2,7
CEE	-0,6	2,8	2,7	2,5	2,7
Total OCDE	1,2	2,9	2,4	2,6	2,8

Tabela 2 - Taxa de desemprego

	1993	1994	1995	1996	1997
EUA	6,8	6,1	5,6	5,7	5,9
Japão	2,5	2,9	3,1	3,4	3,4
Alemanha	8,9	9,6	9,3	9,3	9,1
França	11,7	12,2	11,5	11,3	11,0
Grã-Bretanha	10,2	9,2	8,4	8,2	8,0
CEE	11,1	11,5	11,1	10,8	10,5
Total OCDE	8,0	8,0	7,8	7,7	7,6

A armadilha de Maastricht

No caso europeu, o otimismo parece ser mais de conveniência. A redução das previsões é muito clara na França e na Alemanha, e é difícil concordar com a Comissão Européia quando afirma que "as perspectivas econômicas para a Comunidade continuam amplamente favoráveis". Mesmo se os Estados membros ficarem firmes no rigor orçamentário (e talvez sobretudo se o fizerem), a conjuntura européia deverá se mostrar contrária ao calendário de Maastricht.

A melhor prova disto foi dada por conhecedores, isto é, homens de negócios reunidos, como a cada ano, em Davos, na Suíça. 65% deles pensam que a aplicação do tratado de Maastricht será adiada, e 16% chegam a dizer que a moeda única não existirá jamais. Apenas 17% acreditam, portanto, no calendário maastrichtiano que prevê que a decisão final deverá ser tomada no início de 1998, com base nas performances de 1997, e que a moeda única entrará em vigor em 1º de janeiro de 1999.

Para respeitar estes prazos, seria preciso conter o déficit público em 3% do PIB. Ora, para os países da União Européia tomados em conjunto, ele foi de 6,3% em 1993. Prevê-se oficialmente chegar a 3,9% em média em 1996, o que permitiria a todos os países preencher estas condições, com a exceção sem dúvida da Itália. Na realidade, este esquema é inatingível. As políticas de austeridade conduzidas de maneira similar no conjunto da Europa não têm reduzido o déficit público; ao contrário, este tem aumentado, pela redução das receitas fiscais. É preciso insistir na raiz profunda destes déficits: não vêm de um crescimento excessivo das despesas, mas pelo contrário, de perdas de receitas que decorrem da austeridade, mas também e sobretudo de políticas sistemáticas de isenção das rendas não salariais.

Se não se cobram impostos das rendas do capital, é preciso pedir emprestado aos que as recebem, e isto a taxas de juros reais superiores ao crescimento, de tal sorte que os déficits se aprofundam num fenômeno de bola de neve. É preciso tomar emprestado para pagar os juros, um pouco como nos países endividados do Terceiro Mundo. Em um tal contexto, os efeitos negativos do clima de incerteza atual serão igualmente amplificados "por novas medidas de saneamento orçamentário - além das previstas atualmente - que serão exigidas em um certo número de países".

Todas estas dificuldades fazem que mesmo os partidários mais fervorosos do "euro" não acreditem mais nele. Não é a via de Maastricht que será seguida. A moeda "única" se fará apenas em torno do núcleo duro franco-marco, ou então o calendário será atrasado.

O modelo alemão entrou em crise, e um pouco depois o modelo sueco. Estas duas vitrines de um capitalismo temperado não parecem resistir aos golpes da mundialização capitalista. O melhor indicador desta involução é sem dúvida a taxa de desemprego que, em dezembro de 1995, atingiu 8,6% na Alemanha e 9,7% na Suécia, contra respectivamente 5,6% e 1,6% em 1989. Para 1996, o patronato alemão está particularmente pessimista, pois prevê uma quase estagnação. Estes magros resultados têm relação com as más performances de exportação de uma economia alemã que perde competitividade e parcelas do mercado. Assim, em 1995, suas exportações progrediram 3,7% em volume, contra 6,2% para a França. A termo, estas contra-performances colocam em questão o modelo alemão, e talvez, quem sabe, a supremacia incontestada do marco.

EUA e do Japão

Freqüentemente o fraco crescimento e o alto desemprego na Europa foram opostos a

uma situação inversa nos dois outros grandes pólos da economia mundial. Além de estas comparações serem falseadas por definições diferentes do desemprego, um certo número de mudanças estão ocorrendo. Isto é muito nítido no caso do Japão. Nos quatro últimos anos (1992-1995) seu crescimento médio anual foi de apenas 0,4%. Não se trata apenas de uma recessão, mas de uma verdadeira mudança de regime, que coloca em questão a eficácia de suas diversas componentes, especialmente o sistema de emprego dualista e a supervalorização do yen. Uma crise bancária muito profunda põe em dúvida a capacidade do Japão de desempenhar seu papel de financiador do crescimento a crédito dos Estados Unidos de modo durável.

Depois de três anos de bom crescimento a 3,5% ao ano em média, aliás freqüentemente apresentados como uma verdadeira proeza, o crescimento dos EUA perde claramente o fôlego no final de 1995. Também aí pode-se falar de europeização, na medida em que o desenvolvimento dos lucros (+20% em 1995) baseia-se em ganhos de produtividade elevados que têm como contrapartida um arrocho dos salários e uma gestão financeira austera. Depois de algum tempo, isto só pode puxar para baixo o mercado interno e sufocar o crescimento. Este movimento está, aliás, claramente em curso, e o crescimento só perdura graças ao dinamismo do emprego (+30% de 1979 a 1995, contra apenas 9% na União Européia), e à redistribuição para as profissões liberais e as mais-valias. Mas o poder de compra do salário médio vem baixando quase continuamente desde o início da era reaganiana. Assim, pode-se avaliar que as bases do crescimento americano não poderão se reproduzir eternamente.

Crescimento no Sul?

"O indicador mundial testemunha uma diminuição sensível da atividade. O indicador avançado dos Estados Unidos confirma a diminuição já observada." Mas a sutil dialética já assinalada permite dissipar as inquietações: "Entretanto, quanto ao futuro, as expectativas otimistas predominam ao nível mundial". Esta posição se apoia num diagnóstico encontrado implicitamente diversas vezes: o otimismo repousa na melhora das performances dos países de fora da OCDE, do Leste e do Sul. O quadro é, se não levamos em conta as desigualdades sociais internas, menos sombrio do que no último decênio nos indicadores oficiais do PIB.

Um certo retorno ao crescimento de zonas

como a América Latina (com a grande exceção do México), ou mesmo da África Negra e do Oriente Médio, a manutenção do dinamismo global da Ásia, e o fim da queda livre nos países do Leste da Europa, todos estes elementos formam um quadro relativamente paradoxal, sintetizado pelo quadro 3. Enquanto entre 1989 e 1994 o crescimento dos países industrializados, embora medíocre, ficou acima da performance mundial (1,8% contra 1%), prognostica-se que isto se reverterá entre 1997 e 2002 (2,2% contra 3,2%). Dizendo



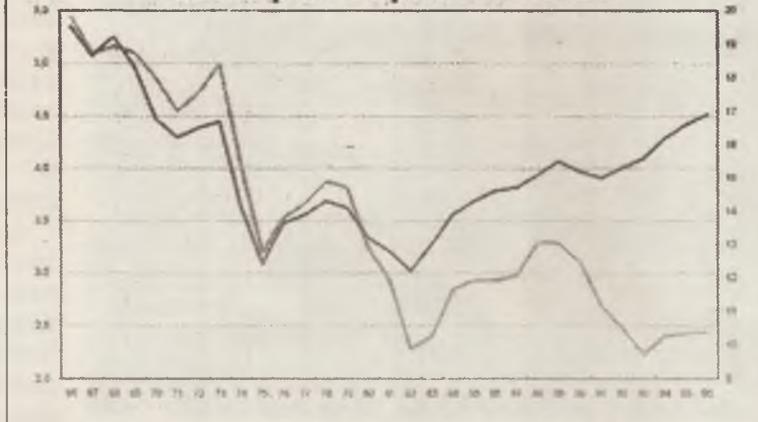
de outra maneira, os países do Sul e do Leste poderiam desempenhar um papel de locomotiva, crescendo mais que os países do Norte. Isto diz muito, diga-se de passagem, sobre o discurso mentiroso que atribui à concorrência dos países de baixos salários a asfixia do crescimento nos países ricos.

Entretanto, o funcionamento de um tal modelo parece pouco compatível com as políticas neoliberais dominantes pelo mundo afora, que priorizam exportações em detrimento do mercado interno, fazem os países do Sul concorrerem uns com os outros, e impõem a abertura de fronteiras para ampliar os mercados do Norte. Esta lógica de ferro, imposta e codificada pela OMC (Organização Mundial do Comércio), não pode resultar numa dinâmica positiva em escala mundial. O exemplo mexicano ajuda a compreender porque. Mesmo a OCDE é obrigada a apontar os riscos engendrados pela liberalização dos mercados financeiros e pelo desenvolvimento mal controlado dos "mercados emergentes".

A natureza do capitalismo

A contradição de fundo com que se confronta o capitalismo contemporâneo aparece claramente neste rápido sobrevôo. Tudo vai bem do ponto de vista da lógica do lucro, mas isto não basta para assegurar um crescimento sustentado e renovar a capacidade do sistema de responder às necessidades sociais cada vez mais ignoradas. Se pudéssemos calcular uma massa salarial em escala mundial, perceberíamos que ela está, para além de evoluções locais, globalmente arrochada pelas políticas neoliberais. Assim, é em escala mundial que se expressa a contradição tornada tão evidente na Europa: a boa saúde dos lucros tem por contrapartida um arrocho salarial que pesa sobre os mercados e sobre a dinâmica do capitalismo. Podemos conceber exceções localizadas no tempo ou no espaço, mas a mundialização capitalista consiste em impor universalmente este modelo, e não se pode esperar que encontre por si mesmo respostas ao desemprego à miséria que ele amplia por toda parte. □

Evolução das taxas de lucro e de crescimento do PIB para os países da OCDE



Modernização conservadora

JUAREZ GUIMARÃES

A crítica principal dirigida pelos amigos e companheiros Carlos Henrique Áraabe e João Machado ao artigo *Espelho de enganos*, publicado no *Em Tempo* n° 286, refere-se a uma possível superestimação nele contida da capacidade hegemônica, política e econômica do governo Fernando Henrique. Tal superestimação poderia inclusive conduzir a uma atitude defensiva do PT na conjuntura, incapacitando-o para ocupar todas as possibilidades abertas à oposição.

Este risco realmente existe mas pode ser controlado por uma análise permanentemente atualizada dos movimentos mais de curto prazo da conjuntura. Há, entretanto, um risco oposto, a meu ver, mais perigoso para o PT: é que a subestimação do projeto encarnado pelo governo FHC pode levar a uma atitude condescendente, pouco crítica para com as enormes carências do nosso próprio movimento. E que afetam, inclusive, as próprias forças situadas mais à esquerda do espectro petista. Se avaliamos que o governo FHC será engolido ou dilacerado pela dinâmica das próprias contradições suscitadas pela implantação do seu projeto de modernização conservadora, então, seria possível prever a vitória sobre ele a partir de um crescimento vegetativo e natural do partido que mais representa a oposição a ele. Penso, no entanto, que este raciocínio ou expectativa diminui e amesquinha a urgência de um desafio central para os socialistas: o de *desenvolver o projeto democrático-popular*, tornando-o capaz de ser alternativa de massas ao programa neoliberal de modernização conservadora.

Três hipóteses

Poderíamos hoje abordar as possibilidades do que chamamos de terceiro ciclo de modernização conservadora, a partir de três hipóteses:

1 - o governo FHC já construiu as condições políticas e econômicas para viabilizar um novo ciclo de expansão do capitalismo brasileiro e consolidar a hegemonia liberal;

2 - o governo FHC está estruturalmente fadado a fracassar na implantação do seu projeto de modernização conservadora devido às contradições e limites inerentes ao seu projeto;

3 - o governo FHC tem ainda que vencer batalhas políticas importantes e viabilizar soluções econômicas chaves

para implantar o projeto de modernização conservadora. Mas este projeto tem viabilidade histórica; o seu fracasso ou impossibilidade não está dado de antemão.

A primeira hipótese seria típica do que chamamos de uma posição pragmática, que se limita a barganhar no interior do projeto de modernização conservadora, sem questionar os seus fundamentos. É uma postura que provavelmente atrai grande parte das lideranças do PT e da CUT. Concorramos com a afirmação de Carlos Henrique que esta atitude reflete um "deficit ideológico" - de diferenciação, de crítica - do PT e da CUT em relação ao neoliberalismo.

A segunda hipótese seria típica do que chamamos uma visão apenas "ideológica" de análise do governo FHC. Ela seria típica dos setores mais alinhados à esquerda do espectro partidário e se combinaria, com frequência, com visões catastrofistas ou que, no mínimo, tendem a subestimar drasticamente as margens de manobra do governo.

Gostaríamos neste artigo de desenvolver a hipótese três, que julgamos a mais correta e que melhor nos arma para o futuro. Discutiremos esta hipótese a partir da potência e das contradições do terceiro ciclo de modernização conservadora.

Estado, liberalismo e mercado

A principal contradição do terceiro ciclo de modernização conservadora está na relação Estado/mercado. Podemos enuncia-la assim: o projeto neoliberal prevê um fortalecimento das forças de mercado em relação ao Estado mas, ao mesmo tempo, requer uma recomposição da capacidade do Estado em regular, coordenar e monitorar este mercado. Esta contradição está instalada no coração mesmo do Plano Real - controle da inflação versus dívida pública - e explodiu escandalosamente com o Proer.

Para ser administrada, ela exige não apenas monitoramento permanente das variáveis macroeconômicas - câmbios, juros, salários - mas uma atualização constante do pacto político entre as classes dominantes que é a base do próprio projeto de modernização conservadora.

Não entenderíamos o estatuto real desta contradição, no entanto, se não visualizarmos as mudanças estruturais ocorridas no Brasil e que apontam para um fortalecimento *qualitativo* das forças de mercado em relação ao Estado nacional. Esta é, aliás, a principal diferença entre este terceiro ciclo de modernização conservadora e os outros dois anteriores (de Vargas e o capitaneado pela ditadura militar): o Estado como financiador líder e alavancador direto de um novo ciclo de expansão capitalista perdeu qualitativamente a importância (embora, é evidente, continue jogando um papel macroeconômico muito relevante).

A economia brasileira é hoje mais do que nunca estruturalmente dominada por grandes grupos nacionais e, mais frequentemente, multinacionais que estão em geral extremamente capitalizados frente a um Estado cronicamente endividado. Estes grupos, altamente conectados com o circuito financeiro internacional, gozam de enorme poder de evasão fiscal, de corrupção e, principalmente, seguram com mãos de ferro a garganta do Estado brasileiro: da dívida líquida do setor público brasileiro, estimado hoje em 220,12 bilhões de reais, 83% corresponde à dívida interna e apenas 37,68 bilhões à dívida externa).

Quando falamos de amadurecimento do liberalismo no Brasil, quando compreendemos o governo FHC como expressão orgânica desta força mercantil, estamos nos referindo a este fenômeno. Fenômeno que está profundamente enraizado na sociedade brasileira, de um modo, insistimos, qualitativamente novo em relação ao final dos anos

O risco maior para o PT é que a subestimação do projeto do governo FHC leve a uma atitude pouco crítica para com as enormes carências do nosso movimento.



sessenta/início dos anos setenta, quando deslanchou o segundo ciclo de modernização conservadora. Isto quer dizer: cultura mercantil, relações sociais estruturadas por um mercado interno violentamente segmentado mas dinâmico e, também, política mercantil.

A lei das patentes, as privatizações, o Proer, a flexibilização dos contratos de trabalho, os acordos da dívida externa, o Sivam, a diminuição da alíquota do imposto de renda para as faixas mais elevadas, as reformas, enfim, são atos alinhados com o mesmo objetivo de recriar as melhores condições para a valorização do capital. Concordo com o artigo "Fisiologismo à FHC", de Carlos Henrique, publicado no último número: toda a lógica do governo está voltada para restabelecer a *credibilidade* frente ao capital, em particular o internacional.

A direção do novo pacto Estado/mercado é evidente. Resta saber se o Estado conseguirá harmonizar as variáveis macroeconômicas e vencer as batalhas políticas no sentido de estabelecer uma confiabilidade de médio/longo prazo, essencial para um novo ciclo massivo de investimentos.

Nação x mercado mundial

Uma contradição derivada da anterior e que, no entanto, tem uma dimensão própria e também decisiva é aquela entre o mercado mundial e a estruturação da nação, enquanto uma unidade articulada.

Ora, está no centro do projeto de modernização conservadora em curso uma perda importante de autonomia e soberania nacionais em função de uma maior integração à ordem mundial. A contradição, de novo, pode ser enunciada assim: como conciliar esta exposição qualitativamente nova à ordem internacional - em particular, a mercantil - com as exigências da manutenção de um equilíbrio sistêmico mínimo do espaço nacional.

O governo FHC tem optado por trabalhar ofensivamente esta contradição, assumindo ostensivamente uma postura diplomática de liderança regional (Mercosul, relações com Fujimori, intervenção direta na tentativa de golpe no Paraguai, reivindicação de assento no Conselho de Segurança da ONU).

Antonio Barros de Castro, em artigo publicado na Folha de São Paulo de 24 de abril ("Crescimento: refreado ou tímido?") enuncia a hipótese de que o crescimento tímido da economia brasileira estaria relacionado "à maneira pela qual o Plano Real precipitou o ingresso da economia no processo de globalização". Segundo ele, "a abertura e o atraso cambial, combinados e potenciados, geraram um quadro em que grande parte das empresas voltadas para a produção de bens internacionalmente comercializáveis ("tradeables") encontra-se acuada e sendo levadas a tomar decisões eminentemente defensivas". O paralelo seria feito com o que ocorreu na Argentina.

Do nosso ponto de vista, uma analogia com o caso argentino é incorreta porque o parque industrial brasileiro já apresenta um grau mais elevado de integração e competitividade. Mesmo com a sobrevalorização do Real, avalia-se para este ano um empate ou até um excedente de exportações em relação às importações (as expectativas variam de um déficit de 2 a 3 bilhões de dólares a um superavit comercial de 2 a 3 bilhões). Apenas alguns setores industriais - em particular, o têxtil e o calçadista - estariam mais fortemente afetados pela maior abertura às importações.

Em resumo, também em relação a esta contradição, o governo goza de uma certa margem de manobra não estando à vista, por exemplo, uma crise cambial.

Mercado e crise social

A contradição mais visível e mais explosiva enfrentada pelo governo na implementação do projeto de modernização conservadora é a crise social. Em resumo: os violentos efeitos sociais decorrentes das políticas neoliberais - aumento do desemprego, redução das já mínimas coberturas sociais - poderiam minar a base eleitoral e a credibilidade do governo, impedindo a continuidade da gestão conservadora em um segundo mandato.

Num primeiro momento, Fernando Henrique desfrutou do enorme impacto social resultante do controle da inflação. Não deixa de ser impressionante o dinamismo potencial deste mercado popular de massas no Brasil, cronicamen-

te reprimido durante toda a década de oitenta pela virulência do processo inflacionário. Seria necessário conhecer mais a dinâmica deste mercado: a sua relação com os setores informais, em particular no ramo de serviços; a conformação de uma renda familiar típica, com a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho; a criação de novos perfis de demanda resultantes de um processo de urbanização ainda muito recente.

Este fôlego inicial de legitimação, no entanto, será cada vez mais insuficiente diante da gravidade da crise social. Terá o governo capacidade de dinamizar uma agenda social, de caráter compensatório relevante no próximo período? Há restrições políticas: a base conservadora do governo no Congresso que trava, por exemplo, uma reforma agrária que diminua as tensões no campo. Há restrições econômicas: o enfoque prioritário rigorosamente voltado ao incentivo do capital em detrimento de qualquer iniciativa distributivista.

Seria insensato, no entanto, dizer que o governo está aí de mãos amarradas. A taxa de crescimento da população brasileira caiu muito em relação ao patamar histórico (em 1995 foi de 1,42%); a renda per capita é hoje de cerca de 3.975,50 reais (o que evidencia que é a concentração de renda e não a escassez de recursos que gera a miséria aviltante); os serviços de educação e saúde, nos quais a iniciativa privada é hoje amplamente dominante, são extremamente sensíveis aos fluxos do mercado. Há espaço para o governo tomar medidas sociais, tópicas mas de impacto eleitoral, nesta área.

O desafio da democracia

Todas as três contradições citadas acima são estruturais e inerentes à implantação do projeto de modernização conservadora. Por si só, elas, em nossa opinião, não inviabilizam *necessariamente* este projeto. Elas podem ser, em alguma medida, "administradas" politicamente pelo governo.

Há, no entanto, uma contradição central que é externa ao projeto de modernização conservadora e que não pode ser "administrada": é a contradição democrática. Pois a implantação deste projeto requer uma alta dose de autoritarismo na relação Estado/sociedade civil. O liberalismo, em suas versões mais contemporâneas, exacerbou exatamente a sua face autoritária: elitismo competitivo, mercantilização do voto, autonomização do poder executivo, elogios ao individualismo desigualitário.

O projeto de modernização conservadora só poderá ser derrotado se o PT e as forças populares conseguirem traduzir em um *movimento democrático* as contradições mercantis, nacionais e sociais geradas pela sua implantação. Para isso, é necessário restabelecer os laços entre lutas sociais, a luta democrática e a perspectiva socialista. Isto, no entanto, resta a ser construído. □



A contradição central para a modernização conservadora é a democrática: a implantação deste projeto requer uma alta dose de autoritarismo na relação Estado/sociedade civil.

Crescimento ou recessão?

A previsão do crescimento da economia brasileira neste ano, feita por vários institutos de projeção, varia entre 2 e 3%. Se isto ocorrer, seria mais correto falar em desaceleração do crescimento do que recessão. Nestes dois anos de Plano Real, haveria um crescimento médio de 3,1 a 3,6%. Seria importante examinar o peso cada vez mais relevan-

te do setor de serviços no PIB.

Seria, a nosso ver, também incorreto deduzir automaticamente uma incapacidade estrutural de uma expansão mais acelerada da economia brasileira no futuro próximo. É necessário acompanhar o comportamento novo do tripé Estado/empresa nacional/multinacional em um novo ciclo de investimentos.

SEXUALIDADE FLEXÍVEL

WILLIAM AGUIAR

O ano de 1996 começou com uma conhecida expectativa para os militantes e dirigentes de partidos: a eleição de vereadores e prefeitos. Isto significa, na melhor das hipóteses, construir uma plataforma política para disputar esses cargos. Tarefa fácil para os partidos cuja ótica e objetivo é a do opressor e explorador. Mas não para os partidos de esquerda, cujas propostas são elaboradas em sintonia com os diversos setores da sociedade - que, juntos, formam uma imensa maioria. Cada eleição se apresenta como um desafio para um partido de massas: as questões colocadas em eleições passadas são retrabalhadas de acordo com os novos obstáculos que vão surgindo entre um período e outro.

A experiência de 1994

Na história eleitoral do Partido dos Trabalhadores, observou-se a criação de comitês muito diversificados. Na última eleição, em 1994, essa diversidade positiva dos comitês ficou evidenciada nas reuniões dos "setoriais", que coordenavam todo o trabalho de politização e divulgação de questões específicas dos diversos segmentos oprimidos da sociedade. Entre esses setores organizados, haviam dois que levantavam questões relacionadas à sexualidade: o setorial de Mulheres e o de Gays e Lésbicas. Mas este último, além de lutar contra a opressão que sofria (e ainda sofre) na sociedade, foi submetido ao boicote da Coordenação Geral da campanha no que diz respeito a feitura de seu material e a divulgação de suas propostas.

Uma atitude lamentável, mas indicadora das dificuldades que um partido socialista pode atravessar quando a questão da opressão à sexualidade lhe é colocada e a maioria das suas lideranças está pouco ou nada esclarecida sobre o assunto e, o que é pior, não demonstra qualquer interesse em informar-se. Com um novo período eleitoral à vista, as questões setoriais aparecerão novamente e é bem provável que os homossexuais reapresentem suas propostas.

Mas isso coloca uma pergunta preliminar: o Partido dos Trabalhadores acredita mesmo que essa discussão é imprescindível para a nova sociedade? Uma pergunta como esta jamais seria feita há dezesseis anos, quando o movimento homossexual participou ativamente na fundação do PT, pois não tinha dúvidas de que esse era o partido que atacaria a raiz da opressão à sexualidade: o sistema capitalista.

Hoje em dia, a pergunta é necessária. A



realidade não é a mesma de dezesseis anos atrás, tanto para o PT, quanto para o Movimento Homossexual. Além do que, desta resposta depende um novo empenho dos militantes que levantam questões como esta, sempre opositoras e valores vigentes e, por isso, mesmo, perigosas na contabilidade eleitoral. O que mais preocupa, no entanto, é a realidade do PT, pois é neste espaço plural e supostamente vanguardista que propostas como a da "não discriminação por orientação sexual em todos os setores importantes para a sobrevivência do cidadão" vão aparecer e projetar-se como parte de uma plataforma política e transformadora.

Flexibilização

No espaço de três anos, o PT foi invadido por três palavras que mudaram o pensar e o fazer político do partido. São elas, nessa ordem: modernidade, globalização e flexibilização. Das três, a que trouxe as consequências mais desastrosas para os homossexuais que militavam no Grupo de Gays e Lésbicas do PT foi, sem dúvida, a última. Através da "flexibilização", foram retiradas várias propostas do Movimento Homossexual do Plano de Governo das eleições presidenciais em 1994. Cresceu a idéia de que ser flexível é perceber o avanço de novas concepções e não se prender nos "dogmas da esquerda revolucionária e atrasada". Com isso, o partido tornou menos desagradável (aos olhos dos mais desapare-

bidos) a traição de alguns princípios, ao mesmo tempo que respondia à questões específicas com um argumento de caráter generalizante. A flexibilização passou a ser utilizada nas questões onde a discussão ideológica sequer previa a disputa de cargos.

Tarefas militantes

É neste PT de hoje que os militantes homossexuais vão cumprir duas importantes tarefas: convencer o movimento dos trabalhadores da importância e significação da luta pela liberação homossexual; e convencer o próprio movimento de combinar a sua luta pela liberação sexual com a luta dos trabalhadores em prol do socialismo. Aditadas a essas, vem outra de caráter exclusivamente petista: mostrar que a flexibilização, da maneira como vem sendo assumida e aplicada no partido, só contribuirá para a destruição completa da essência política do PT, que é revolucionária.

Nenhuma dessas tarefas é fácil, pois nelas está o desafio de se fazer uma ponte entre o caráter individual das situações e a dimensão social que elas tomaram. São sé-

culos de opressão, nos quais vem sendo construído um processo de "normalização" sexual que não vai desaparecer assim que um partido de esquerda tomar o poder.

A homossexualidade é uma questão política e a sua libertação passa, obrigatoriamente, pela exposição da sua miséria real. Isso é muito radical, mas é profundamente revolucionário. A partir daí, outras propostas do movimento podem ser defendidas, como a crítica à família nuclear (patriarcal e autoritária) e às relações sociais burguesas, o fim do gueto homossexual, a dissolução das categorias que separam a sexualidade (homo/hetero), o fim do aprendizado do comportamento normalizante e indutor da binariedade sexual obrigatória.

A pergunta continua valendo, pois de sua resposta dependerá o retorno de um setor tráfido por uma coordenação. Na época das últimas presidenciais, foi curioso e paradoxal ver pessoas cujo discurso é o de luta contra a opressão, se conduzirem como opressores no que se refere à sexualidade em geral e à homossexualidade em particular. O Partido dos Trabalhadores deve discutir o "fazer político", antes que outras palavras do vocabulário neoliberal se tornem naturais e alimentem, entre outras coisas, o sexismo e a justificação da discriminação por orientação sexual no interior do partido. □

William Aguiar é fundador do Grupo de Gays e Lésbicas do PT.